

A BATALHA



Antigo órgão da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

JORNAL SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO

QUINZENÁRIO

Director
EMÍDIO SANTANA

Propriedade da
COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração
Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq.
LISBOA

Composição e impressão
Tip. E. N. P. — Anuário Comercial de Portugal

REAPARECE A BATALHA

REVIVE A EXPERIÊNCIA SINDICALISTA

A 23 de Fevereiro de 1919 publicava-se em Lisboa o primeiro número do diário A Batalha, órgão sindicalista revolucionário, porta-voz da organização operária, e que se publicou ininterruptamente até que a violência policial, na repressão do movimento revolucionário do 7 de Fevereiro de 1927, destruiu as suas instalações, interditando-o.

Apareceu numa época de grande instabilidade política e toda a sua existência e todo o seu combate decorreu numa clara e inofismável posição sindicalista revolucionária face às violências do patronato e do Estado, marcando as posições firmes da classe trabalhadora frente aos seus inimigos.

A Batalha, o terceiro grande diário da época, marcou com eloquência as posições autónomas do movimento sindical, quase integralmente integrado na Conferência Geral do Trabalho, as posições e interesses dos trabalhadores, e durante a sua existência o movimento sindicalista evoluiu estrutural e politicamente.

Proibido em 1927, juntamente com outros jornais, apareceu em vários períodos de clandestinidade.

A 13 de Setembro de 1930 reaparece como semanário, mas em Novembro do mesmo ano é novamente proibido de circular.

Começa novamente a sua clandestinidade, e durante todo o resto do período da ditadura salazarista, várias vezes apreendidas as suas tipografias, reaparece sempre a marcar diversas épocas de insistente combate.

No início da guerra civil de Espanha, novamente A Batalha aparece no formato igual a este número, erguendo a bandeira dos postulados libertadores que despontavam na terra ibérica, denunciando as calúnias e as manobras de apoio que aqui se desenvolvia a favor dos fascistas, e esclarecendo e revelando a notáveis jornadas da colectivização socialista e de autogestão que na terra hispânica se iam realizando como lição ao mundo, e que agora mesmo está iluminando a estrada da emancipação dos trabalhadores e das hipóteses da verdadeira construção do socialismo.

Agora que também o fascismo sofreu aqui o primeiro golpe ao ser desalojado do Governo, mas não da economia nem das verdadeiras alavancas do poder, A Batalha reaparece a recuperar a sua imprescindível missão: dar expressão e força à organização sindical dos trabalhadores, esclarecer as urgentes tarefas da sua reestruturação e, sobretudo, na esperança da sua autonomia de quaisquer problemas ou partidos, apenas a expressão genuína dos direitos e capacidades dos trabalhadores.

A Batalha, jornal sindicalista revolucionário, será uma intérprete de todos os trabalhadores e da organização sindical, e as suas colunas abrigo todas as opiniões, todos os concursos que se destinem a reerguer um sindicalismo autónomo e revolucionário verdadeira expressão dos trabalhadores de Portugal do braço como do cérebro.

Aqui vai começar a reestruturação do nosso sindicalismo, e com o seu reaparecimento as nossas saudações revolucionárias a todos os trabalhadores na batalha urgente da sua emancipação.

PRIMEIRAS TAREFAS

A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

Tudo o que funcionava como sindicatos nacionais era apenas um mecanismo que servia para o domínio dos trabalhadores, estrangulador das suas aspirações e interesses, e que um ministério governava pela teia dos seus burocratas, informadores e subordinações legislativas.

Não eram sindicatos que tivessem surgido espontaneamente das necessidades de defesa, do esclarecimento doutrinário; e a legislação desde logo estigmatizava-os em termos de degenerência parecendo dar-lhes um poder: sindicalização obrigatória, âmbitos por demais dilatados até ao nacional, restrito espírito corporativo derivado em grande parte da sua preferência pela base estritamente profissional.

A sindicalização obrigatória, já como imposição legal, agride a independência e compromete a livre determinação do indivíduo necessária à formação consci-

ente da solidariedade entre os trabalhadores, junta no mesmo sindicato as camadas consciencializadas e cola-lhes a massa refractária.

O âmbito sindical, geralmente regional, e muitas vezes nacional, se deu ao sindicato o potencial numérico das cotizações, não deixou que as populações sindicais se irmanassem, por dispersas, e tornava fácil que uma direcção «domesticada» manobrasse à vontade, pela impossibilidade da classe poder unificar uma acção comum que se lhe opusesse. Tornava-se impossível a manifestação colectiva da população sindical.

Este facto também dificultava a contratação do trabalho quer em unificar — o que também não lhes interessava — as aspirações comuns, mas também por aumentos o número de gremios com que negociar.

ACTUALIDADE DESFIGURADA

A revolução liberal de 1820 e a implantação da República são dois acontecimentos políticos que não chegam a alterar as arcaicas estruturas do país e encerram a breve trecho o processo revolucionário que desencaideiam.

Salazar encerra o período republicano revertendo-se inteiramente sobre essas estruturas para dominar o país, isolando-o dum mundo convulso e revolucionário cujo processo ele quis deter. Mas 48 anos de regime ditatorial esgotaram todas as possibilidades de domínio ou de adaptação que as velhas instituições puderam aguentar.

Os últimos anos de Salazar e o consulado marcelista é uma dolorosa experiência claudicante entre o imobilismo institucional e as fortes pressões da aventura colonial, do desenvolvimento dum capitalismo de integração europeia e da agudização das reivindicações operárias e sindicais.

O 25 de Abril foi o momento de ruptura dum sistema que não suportaria nem se adaptaria às solicitações revolucionárias, e era natural que ultrapassando outros antecedentes históricos tivesse de abrir caminho a amplas opções económicas, políticas e sociais. Embora principalmente gerado no problema colonial implícito em toda a crise estrutural do regime, de modo algum poderia limitar-se a ele e teria de alcançar todo o desmantelamento do aparelho corporativo o que derivaria soluções de carácter socialista.

Os cravos assinalam exactamente o momento dramático em que o povo, que quase fora surpreendido, intervém no processo revolucionário. Algumas horas depois o movimento dos militares era irreversível e tornara-se um movimento revolucionário popular e nacional, iniludivelmente expresso no 1.º de Maio.

Da ruptura vertical das instituições irrompem novas energias e surpreendentes capacidades: os trabalhadores fazem os primeiros e os mais eficazes saneamentos, ocupam fábricas que encerram ou abrem falência, reagrupam as suas forças sindicais e estabelecem as suas reivindicações.

Aos primeiros momentos de surpresa das forças reacionárias sucedem as primeiras ofensivas: são despedimentos com ou sem pretexto, fábricas que ameaçam fechar, o alarido de que a economia nacional não comporta as reivindicações operárias, mas comporta os ordenados às famílias dos pides, a reformas de gerarcas do fascismo com altos vencimentos, etc...

Num misto de forças concorrentes, depois da JSN, forma-se o 1.º Governo Provisório saído de uma coligação governamental muito híbrida, e talvez daí resulte um período de expectativa e ambiguidade. O processo revolucionário inicial começa a ser frenado: o saneamento passa a ser um processo burocrático e adiado, e num alarido infernal os próprios leaders dos partidos operários, agora preocupados com o processo de democratização recriminam as greves como manobras reacionárias, oportunistas e irrealistas, e eles próprios pedem, como Moisés no deserto, a regulamentação da greve e as leis sindicais que só interessam à burguesia como uma alienação dos trabalhadores.

O 1.º Governo Provisório, com forte implantação comunista e socialista, só averba o congelamento dos salários, porque os salários mínimos obtidos deriva da forte pressão reivindicativa de muitas classes confinadas nos mais baixos escalões de salários. O próprio processo de descolonização é ainda precedido da iniciativa dos combatentes de preferirem confraternizar enquanto se negociaria nas chancelarias. Fala-se

(Cont. na pág. 8)

SAUDAÇÃO A TODOS OS TRABALHADORES

Batalha, jornal de trabalhadores e por trabalhadores feito, ao reaparecer ao fim de 47 anos de luta à luz do sol e depois da clandestinidade imposta pelo fascismo, sauda o proletariado em geral e de modo especial todos os trabalhadores que nunca desceram; que sempre lutaram mesmo nas condições mais adversas e continuam lutando com a arma reivindicativa de acção directa, da greve contra todo o sistema de exploração capitalista, exploração que se refinou durante o fascismo e ainda continua.

A Batalha, órgão que foi da Confederação Geral do Trabalho — C.G.T., continuará defendendo os princípios da Organização Social Sindicalista, pugnando pela criação de Sindicatos de Indústria, Sindicatos de Empresa, Sindicatos Regionais e Sindicatos abrangendo todo o País, correspondendo às características das estruturas económicas.

Federações de Indústria, Câmaras Sindicais de Trabalho, até à sua Confederação. É, portanto, a partir dos Sindicatos e por sua vontade, expressa pelas Assembleias Gerais, que se ordenará todo o sistema de organização Social Sindicalista para impulsionar os trabalhadores à instauração de todo o sistema Socialista. É esta a organização que pode evitar a pulverização de sindicatos profissionais dentro da mesma empresa a dificultar as negociações com as entidades patronais e, pior ainda a impedir uma acção eficiente no plano reivindicativo. É esta organização a única capaz de manter uma posição livre e independente, autónoma na acção, face a todos os organismos partidários.

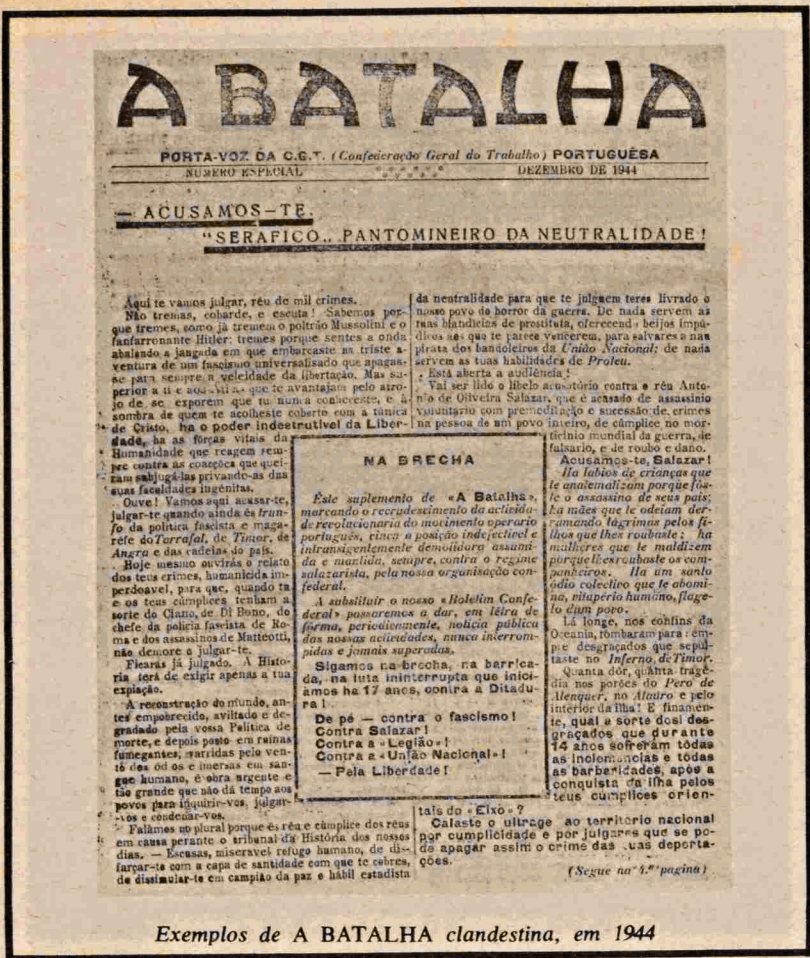
A Batalha, em toda a sua acção de esclarecimento e doutrinação dos trabalhadores, está sempre com eles, solidária em todos os seus empreendimentos. Outra não pode ser a vida de um jornal escrito, impresso, administrado e pago por trabalhadores que mais não deseja do que ser o seu órgão, defensor de todas as suas reivindicações de classe oprimida.

Trabalhadores! A Batalha ao saudar-vos está convosco, ao vosso lado na luta pela nossa emancipação, pois como se afirma na bandeira da Associação Internacional dos Trabalhadores — A.I.T. a EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES HÁ-DE SER OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES!

Aqui se fez A Batalha



De 1934 a 1937 era aqui nesta fuma do Monsanto a nossa tipografia



A FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO ASSUME UMA POSIÇÃO DE INTERESSE

Algumas cooperativas de produção tomaram a iniciativa de organizarem a sua Federação.

Em face das manobras de despedimento nas empresas e outras suspendendo a laboração, no desejo evidente de agrava a situação económica e política visando o recrudescimento de uma política de força a Federação tomou uma curiosa posição de esclarecimento do que os trabalhadores nestes casos já vêm praticando: assumirem a gestão da produção.

Numa circular publicada em forma de carta aos trabalhadores vamos extrair algumas interessantes passagens, a que queremos também fazer as nossas próprias anotações.

1 — Nos últimos tempos, variados casos de encerramento de empresas se têm processado, e, pelo andar da carruagem, variados outros são de prever a curto prazo. As circunstâncias em que esses encerramentos se dão, são circunstâncias diversas. Mas, sejam elas quais forem, um mesmo resultado é comum: mais uma mão cheia de trabalhadores no desemprego.

Como responder a esta situação? Que fazer?

2 — Representamos umas centenas de trabalhadores que, durante os últimos anos, souberam fazer a demonstração prática duma verdade elementar: para produzir, são dispensáveis os patrões.

«O patrão» como meio de produção, factor produtivo, instrumento de trabalho, é profundamente desnecessário.

Conclui a Federação por os próprios trabalhadores organizarem-se para produzir.

Depois de demonstrar que a formação do Capital fixo das empresas, e que se integra nos valores capitalistas das mesmas, é afinal tirado do produto do trabalho não pago, e que no caso das cooperativas de produção, fica na posse desta sociedade, indica uma orientação indispensável de observar quando os trabalhadores tomam conta da produção substituindo a entidade empresarial: TORNAREM-SE PERSONALIDADE JURÍDICA AUTÓNOMA

Esclarece a Federação: 6 — Que está a acontecer nalguns casos de encerramento de empresas? Está a acontecer que os trabalhadores não vão nisso. O que é

perfeitamente impecável, do ponto de vista imediato.

Mas a seguir o que acontece? As coisas mais variadas e exóticas. Nalguns casos, vai-se vivendo da solidariedade.

Noutros, da venda dos stocks. Noutros ainda, mantêm-se as coisas a funcionar efectivamente. Mas que perspectiva? Talvez a de voltar tudo à mesma, quando a rascada tiver sido safa a quem é responsável por ela. A chamada «co-gestão».

É de extraordinário interesse que os trabalhadores compreendam bem todo o significado desta advertência.

Finalmente ilucida a Federação: Quando os trabalhadores tomam conta da fábrica e da produção estão em face duma apropriação que não é reconhecida juridicamente e portanto poderão ser coagidos a entregá-la com prejuízos, portanto na base de uma personalidade jurídica autónoma e definida que, depois, estarão em condições de negociar com outra personalidade jurídica: a entidade patronal, a Câmara de Falcências, os credores da firma onde eram apenas assalariados.

E noutro passo esclarece: 12 — Essa personalidade jurídica autónoma permitirá negociar mantendo uma distinção clara entre dois planos: Um, o dos valores activos da empresa que, no caso dela ser economicamente viável, os trabalhadores estão interessados em negociar.

Outro, o dos valores passivos da empresa, em relação aos quais os trabalhadores só poderão tomar responsabilidades até ao montante dos valores activos.

Ou, explicando doutro modo, no caso de empresas falidas por gerências parasitárias ou propositadas, os trabalhadores alijam os encargos de que não são responsáveis.

Anotamos esta interessante posição da Federação das Cooperativas de Produção virada muito justamente às directrizes da autogestão e à prevenção contra as sutilezas jurídicas dum sistema inteiramente capitalista, não se necessitando de recorrer à influência dos chamados *leaders* dos trabalhadores, que acabam sempre por reconhecer a validade das leis existentes, das quais passam a ser integros defensores. (1).

A Federação desejamos apresentar uma observação: julgamos que as vossas cooperativas compoem-se exclusivamente de trabalhadores, todos partilhando da produção e dos seus benefícios, e que de modo algum assalariem trabalho aparte. É de muito interesse fazer-se este esclarecimento.

Para quantos queiram contactar com a Federação das Cooperativas de Produção, registamos o seu endereço: Largo da Graça, 82, 1º Fr. Esq. Lisboa 1. Telefone 87 13 35

(1) Vidé Bases do Acordo da Publicação de A Batalha, na última página

Os trabalhadores da TAP em luta pela sua emancipação: informando a informação

Maio. A Administração, altamente comprometida com o regime anterior, cai. O processo, originado por grupos de trabalhadores com actuações sindicais no passado, culmina num plenário agitado e muito prolongado, onde uma proposta, vinda em momento "propício", é aceite. Temos três dirigentes sindicais na Comissão Administrativa.

Esta "nova" casta de empresários vinha, claro, com "novos" métodos: A cogestão. E para tal «põe» os trabalhadores em plena participação. A "democracia" entra na companhia TAP!... E os operários participam! Reuniões de reestruturação dos serviços, melhor aproveitamento das potencialidades de produção operária, remodelação de quadros etc... e o trabalhador a participar na sua auto-exploração. As reivindicações vão ficando para trás; o saneamento exigido no plenário de Maio vai-se retardando e não é feito. Surge um Conselho de trabalhadores, proposto pela "juventude" da Comissão Administrativa. Finalidade: ajudar a C. Ad. nas suas tão complexas tarefas.

A C. Ad. no seu entender, pretende com o C. T. ter um apoio, uma bengala, digamos. O C. T. é o primeiro ponto de discórdia. A função dele, como é posta pela C. Ad., não satisfaz o trabalhador, não se torna um órgão forte e defensor dos interesses dos trabalhadores dentro da empresa, como inicialmente se julgara.

Entretanto o tempo passa e... nada se passa na TAP. A bonina é óptima para quem deseja construir "democracias empresárias". Mas os trabalhadores exigem mais, muito mais e a C. Ad. é incapaz de dar essa satisfação porque, tendo ou não consciência disso, tornou-se automaticamente como C. Ad., representante dos interesses do capital e... passou-se para o outro lado da barricada.

Surge em cena, uma Comissão Sindical, nascida à pressa pelo desfalecimento de saída dos homens fortes do Sindicato para a C. Ad. O ACT (contraproposta feita anteriormente) entra no jogo: considera-se uma proposta de aldrabões para ser discutida com aldrabões (antiga administração); no entanto, esta «proposta» vai para a mesa de negociações, sem acordo nem discussão de base.

Nascem decisões cupulárias da Comissão Sindical, (muito amiga de alguns membros da Comissão Administrativa), criam-se delegados sindicais cujas funções nunca foram bem definidas. Aguarda-se que a Intersindical enuncie as atribuições específicas destes delegados. Mas a Intersindical, esperando ordens do governo, nada diz. Os delegados sindicais sentem-se mal. Não sabem exactamente até onde poderão ir, e o

que poderão fazer. A confusão reina no Sindicato. A C. Sindical numa reunião muito discutida de delegados sindicais, tenta impôr à pressa, uma comissão técnica pois o ACT é demasiado complicado e muito extenso. O descontentamento avoluma-se. A Comissão Sindical, começa a perder força na base; isola-se, decide sozinha, pactua na mesa de negociações.

Um novo Conselho de Trabalhadores aparece, com uma proposta de estatutos para discussão, mais audaz, mais forte, com total capacidade autónoma, todo ele virado para a defesa imediata, dentro da empresa, dos conflitos capital/trabalho. A comissão sindical não entende a sua existência. Afirma ser, dos delegados sindicais, a função apresentada pelo CT; no entanto, nada fizera anteriormente, para definir essas mesmas funções. Considera estarem em causa dois tipos de sindicalismo: um sindicalismo unitário, (desejo bem definido pelo actual momento português!) e um sindicalismo de empresa enfraquecedor dessa desejada unidade sindical. Afirma-se "senhora da razão" e no entanto não define exactamente esses dois tipos de sindicalismo, entra no campo bombástico, demagógico, enfim, destruindo organizações criadas na base por trabalhadores que se diz "representar". O novo CT morre antes de ter nascido. A divisão de trabalhadores, provocada pela Comissão Sindical, ficou bem patente no plenário realizado, para aprovação dos estatutos em causa.

Surge a demissão da "velha" Comissão Ad. com um comunicado vergonhoso, assinado por todos os seus componentes. Os trabalhadores são catalogados em dois grupos: "Um, constituído pelos responsáveis, ociosos e medíocres que, perfeitamente conscientes das suas limitações, enveredam pelo caminho onde tudo é fácil: destruir." O outro, mais numeroso, formado pelos trabalhadores que, de forma passiva, pusilânime e indiferente, assistem apaticamente à sua própria destruição."

Perguntamos: Em que grupo se incluirá a C. Ad., já que é composta também por trabalhadores?

A DME (d recção de Manutenção e Engenharia) sentindo na carne mais do que todos os outros, a exploração do capital e como força imediata de produção dentro do sistema, agita-se; aliás, foi sempre a mais audaz, a mais unitária, aquela que tem maior conceito de consciência de classe, isto é, a única força revolucionária dentro da TAP.

O mal estar é geral; algo irá acontecer. E salta para a frente, um caderno reivindicativo da DME. Ele traduz a

incapacidade da Comissão Sindical. Ele demonstra (na exigência do saneamento de homens que reprimiram anteriormente os trabalhadores) a impotência da C. Ad. Ele exemplifica, mais uma vez, que as reivindicações são feitas na rua em força, em bloco.

Entregam este caderno à C. Ad. com prazo de uma semana para resposta. Estes senhores, ignoram pura e simplesmente a questão. A Comissão Sindical ataca histericamente esta acção reivindicativa, apelidando-a de divisionista.

No dia 26 de Agosto, prazo limite concedido pela DME, entra em jogo o ministério do Trabalho; e entra mal. Desconhecendo, ou não, na realidade todo o processo anterior, é informado tendenciosamente pela C.S. e C. Ad.

Os trabalhadores da DME reunidos em frente do edifício da administração, aguardam resposta ao seu caderno. Vão chegando outros trabalhadores de secções diferente, apoiando os seus companheiros de trabalho.

O ministro tenta falar com os operários; propõe uma comissão para dialogar com ele, no ministério, mas os trabalhadores gritando: — "Aqui, aqui, ao sol a comissão somos todos nós". — demostaram a sua alta capacidade de luta, a unidade. Não aceitando comissões divisionistas, vincaram bem, que ultrapassavam os processos de democracia burguesa na resolução de problemas de trabalho.

Já no refeitório, esperando uma resposta prometida pelo ministro, os trabalhadores organizam-se; forma-se a comissão coordenadora, o secretariado e piquetes.

Pelas 18 horas, não aparecendo resposta alguma, a greve é decretada até à resolução integral do caderno.

O ministro permanece em reunião com os elementos da C.S. e C.Ad. até altas horas da noite, sem chegarem a nenhum resultado.

27 de Agosto. Surgem boatos de que a greve é feita por uma minoria. Afirma-se que a ponte aérea de Bissau está parada. Mas o plenário está cheio de gente e a ligação Bissau/Lisboa compreende, como tinha sido determinado pelos trabalhadores quando declararam greve. As notícias emanadas pela rádio são contraditórias, PORQUÊ?

Em plenário onde novamente se aprova a continuação da greve, elementos da C.S., pedem aos trabalhadores que não tenham aderido à greve para reunirem-

se, fora do refeitório em plenário. NINGUÉM abandona a assembleia!

Lá fora, pouco mais de trezentos não grevistas vindos do exterior escutando a C.S. e no refeitório, mais de três mil trabalhadores!

No entanto, a C.S. continua «representativa» dos trabalhadores. A televisão, aparece; filma o plenário repleto de aderentes, enquanto entrevista um elemento designado para as relações com a imprensa. Contudo, esse pequeno filme não passa no Telejornal, embora tenha sido anunciado!

E enquanto se noticiava serem minorias conduzindo a greve, aqueles metros de filme seriam incomodativos! A deturpação é clara, torna-se consciente. Temos outro processo CTT à vista!

Reaparece o ministro, informando o plenário, ser totalmente impossível negociar o caderno reivindicativo. Todo o processo TAP passa a Conselho de ministros. Nova deturpação, agora a nível governamental acerca da greve o ministro da comunicação social distorce os factos.

O governo enquadra a TAP no regime militar e os homens do 25 de Abril aparecem pela TAP.

Os grevistas mantem-se calmos, não há provocações. Aguardam-se os acontecimentos.

28 de Agosto. Novo plenário. A aderência é maioritária; há muitos administrativos. Já ninguém duvida onde está a força, só os tendenciosos é que não "vêm". Perante o impasse e depois de afirmada a resolução inabalável de lutar pelo caderno, aparece uma proposta dos militares para serem nomeados 5 elementos, a designar pelo plenário, a fim de discutirem com três membros do MFA. É lido o RDM por um oficial da ocupação dos TAP.

A proposta de diálogo é mantida e aceite pela assembleia.

São seis horas da tarde; está-se a discutir a formação do grupo que irá dialogar com o MFA. O prazo dado pelo comandante das tropas, que ocupam a área da TAP, para escolha do grupo que irá entablar as negociações, expira às cinco da tarde.

O comandante entra no plenário e informa a assembleia que teriam de abandonar o refeitório dentro de meia hora, caso contrário seriam os militares a fazer a dispersão. Eram, a partir desse momento, proibidos quaisquer plenários e que a greve era levantada.

Cinco carros "chaimites" alinham em frente do refeitório. A meia hora esgotada em tentativas de organização com os militares.

O plenário é abandonado, mas surgem novas formas de luta, agora nos locais de trabalho. A greve é levantada mas a paralização mantem-se.

MORREU

FERREIRA DE CASTRO

Escritor libertário, toda a sua obra é a epopeia dos trabalhadores, o desejo de libertação, a ansiedade ideológica do resgate humano.

Neste jornal, quando diário, iniciou a sua actividade de jornalista que havia também de marcar a sua obra na reportagem das grandes tragédias humanas, dos caminhos da humanidade e da cultura. E sempre, como escritor, lutou pela desalienação do Homem e da Cultura, fez a presença do protesto contra as injustiças e o desejo do triunfo duma nova sociedade, sem dogmas, sem senhores, afinal sem ortodoxia!

Ferreira de Castro teria tido a alegria de ver reaparecer esta A BATALHA onde se retemperou como renascimento das suas preocupações e das suas infindáveis esperanças.

Se morreu o escritor, o idealista, o incansável resistente, perdura a sua obra e a sua afirmação.

MANUEL HENRIQUE RIJO

Morreu, após prolongado sofrimento o nosso velho camarada, que denodadamente batalhou nas posições confederais e do anarco-sindicalismo. Uma das grandes vítimas não faladas no tenebroso Campo do Tarrafal, mesmo depois doutros cativos e deportação em África a seguir ao 7 de Fevereiro. Foi administrador deste jornal quando era diário.

A sua morte colheu-nos já ao fechar o jornal, mas não o esqueceremos.

A urna que o levou ao cemitério do Lumiar foi coberta pelas bandeiras do Movimento Libertário e da secção de Belém do Sindicato Metalúrgico, pertencente à Confederação Geral do Trabalho, bandeira que durante quase meio século permaneceu escondida em casa de um deportado para o Tarrafal. Velhos militantes libertários e cegetistas ladearam a urna até ao cemitério.

A BATALHA

O SINDICALISMO COMEÇA A SER MANIETADO

Toda a estrutura sindical que ainda funciona é a que derivou completamente do sistema corporativo, persistindo sobretudo tudo o que nele existe de contrário a um sindicalismo livre, verdadeira expressão da classe trabalhadora.

Os chamados sindicatos nacionais estavam sujeitos a uma direcção centralizada no ministério das corporações, e a livre expressão das classes que representavam não contavam, nem sequer havia órgão de expressão, como seriam as suas assembleias.

Naturalmente que na luta resistente se encontrou a necessidade de órgãos de relação entre os sindicatos e daí derivou a Intersindical, cuja orientação se entendia dever ser a que lhe determinava os sindicatos aderentes. Isto aliás é elementar na prática sindical.

Com o 25 de Abril os sindicatos ficaram livres dessa máquina centralizadora e dominadora que o Estado lhe impusera, e desde logo deveriam ter recobrado a decisão de se estruturarem em formas verdadeiramente sindicistas.

É isso que infelizmente não ocorre. O aparelho que dominava e controlava toda a acção sindical passou intacto para a Intersindical, cuja orientação e posições aparecem em contradição com as posições que logicamente os trabalhadores começam a adoptar na sua clara posição em face do capitalismo e do aparelho político e económico que o defende.

O § único do art. 1.º da Intersindical diz: *A filiação de cada sindicato fica dependente da legítima representatividade dos seus órgãos relativamente aos seus associados, devidamente comprovada pelo secretariado da Intersindical, sujeita a posterior aprovação pela assembleia da Intersindical.*

Para além da ambiguidade do que seja a legítima representatividade dos seus órgãos a comprovar pelo Secretariado, conclui-se que em princípio a adesão depende do secretariado dar ou não o seu beneplácito. E para que a centralização seja completa, este secretariado é constituído pelos secretários das Uniãoes de sindicatos do Porto e do Sul.

O secretariado da Intersindical é, portanto, um órgão de cúpula bem centralizado e defendido mesmo perante a sua assembleia, que se diz ser deliberativa, mas pelos vistos não depende dela a formação do secretariado.

Na constituição das uniões sindicais o secretariado destas uniões tem a mesma faculdade de comprovar a tal representatividade dos órgãos dos sindicatos que venham a aderir.

O que é mais surpreendente é que no n.º 1 do art. 2.º diz-se: *A assembleia, que tem poderes deliberativos, NÃO PODENDO SER CONTRÁRIA À ORIENTAÇÃO DA INTERSINDICAL.*

Se a assembleia da união de sindicatos regional não pode deliberar em contrário da Intersindical, a cúpula, onde fica o seu poder deliberativo, onde fica a autonomia da base? A Intersindical substitui-se integralmente ao INTP.

Isto não acontece por acaso, não se pode atribuir a lapso ou falta de experiência; isto ocorre porque o domínio que o regime anterior exercia sobre os sindicatos em obediência a uma política, o mesmo domínio interessa hoje para outra política, que é evidente mas que interessa desmontar.

Noutra esfera, a das empresas capitalistas e patronais, os grêmios foram dissolvidos ou ultrapassados, e aparece-nos agora a formar-se a Confederação das Indústrias como uma central organizada.

Numa entrevista dada à rádio, um engenheiro director dessa Confederação explicava que representaria todas as forças económicas das empresas, e que uma das suas funções seria a de tratar com a Intersindical os problemas dos trabalhadores. Isto é, num perfeito esquema de uma social-democracia, a Confederação só reconheceria, como alguém já dissera, como interlocutor válido dos trabalhadores a Intersindical, cúpula acima dos próprios trabalhadores, como logo se deduz da disposição orgânica das reuniões sindicais não poderem deliberar contrária à orientação da Intersindical.

Este esquema reformista adoptado nos países industrializados, coloca desde logo os sindicatos como simples órgão de condução dos trabalhadores, obediente a uma política que se gera e desenvolve acima das suas estruturas sindicais, e as suas condições de trabalho são negociadas na zona das duas cúpulas, a patronal e a suposta dos

trabalhadores, servindo os sindicatos apenas para disciplinar as classes à aceitação destas negociações, um tanto ao estilo das uniões americanas com os seus leaders a residirem na 5.ª Avenida.

Relacionando ainda estes factos, a condução do sindicalismo, que se deveria ter verdadeiramente emancipado desde logo desse tipo de reformismo do neo-capitalista, com a desejada regulamentação da greve tanto pelo sr. Pinto Balsemão como pela Intersindical, vê-se que a greve será privativa quase da Intersindical em obediência a esse sistema de cúpulas, e portanto o repúdio das mesmas entidades pela chamada greve selvagem, o tipo de greve que nesses sistemas reformistas ardentemente desejado pela Intersindical, resulta da inconformidade dos organismos de base, ou até dos trabalhadores dentro das empresas, contra os leaders sindicais poderosos, inacessíveis e inamovíveis, que a breve trecho serão o sr. Seguy e o sr. Canais Rocha.

É indispensável que os sindicatos se apercebam da engrenagem em que estão a ser envolvidos e assumirem eles próprios a condução das reivindicações das suas próprias classes. E já são muitos os tristes exemplos da abdicação sindical.

Accentue-se que os trabalhadores não participam das coligações governamentais ou políticas, e que portanto não devem fazer depender a sua orientação do que pode interessar a essas coligações.

O COMÍCIO DO MOVIMENTO LIBERTÁRIO

O nosso Comício foi notícia para grande parte dos jornais e, também, para «Tempo Novo» cujo primeiro número saiu com a data de 26/7/74. Faz, a propósito algumas observações e registamos as mais sintomáticas:

Assistência 1400 pessoas, houve quem calculasse menos e mais, desde 700 até 4000. Ora nós, baseados na capacidade da casa, que se encontrava repleta, podemos afirmar terem estado presentes cerca de 3000 pessoas. Se for tomado em linha de conta o facto de o Comício estar anunciado para o Pavilhão dos Desportos e de só à última hora ter sido transferido para a «Voz do Operário» por nos ter sido denegada a autorização a fim de ali ter lugar o hóquei patinado, motivou que muitas pessoas que se dirigiram ao Pavilhão já não voltaram ao outro local.

Que já temos sede e não temos telefone, duas verdades que «Tempos Novos» observou. Mas... o caso tem um significado especial. Enquanto a alguns grupos da última hora, que mais não representavam do que as pessoas a pedir todas as facilidades, foram concedidas sede, mobiliário, máquinas e telefones, a nós, que perdemos tudo — tipografia, livraria, mobiliário e sede com telefones, destruídos pela Pide, tudo foi negado. À boa vontade de um amigo devemos a cedência de uma casa para sede, onde nada mais existia do que o lixo deixado pelos seus últimos locatários.

Por fim, queremos dizer a «Tempos Novos», que se afirma um jornal de «informação tão independente, serena e límpida quanto as nossas possibilidades e capacidade» que parece serem grandes, quem são a meia dúzia de abencerragens. São ainda, felizmente, algumas centenas espalhados por todo o país, desde o Minho ao Algarve. Homens que nunca vergaram, que jamais «racharam», mesmo quando sofriam na sua carne e no espírito as duras sevícias da Pide. Na sua maior parte povoaram as cadeias do fascismo, no Tarrafal, Angra do Heroísmo, Trafaria, Peniche e outras. Na clandestinidade lutaram contra o fascismo e dele não foram beneficiários.

Não possuímos um quadro de funcionários pagos e tudo tem de ser feito nas horas livres do trabalho cotidiano, isso explica todos os nossos atrasos e dificuldades. São fracos os nossos recursos, sempre tiveram uma única proveniência e outra não queremos, a dos trabalhadores que acreditam e querem um Socialismo em Liberdade, Socialismo cada vez mais livre — O SOCIALISMO LIBERTÁRIO.

SOLIDARIEDADE A QUEM PODE INTERESSAR A REGULAMENTAÇÃO DA GREVE? AOS TRABALHADORES: NÃO!

Os nossos camaradas da CNT, a seguir ao 25 de Abril dirigiram aos trabalhadores de Portugal esta calorosa saudação.

«O Comité Nacional da Confederação Nacional do Trabalho de Espanha (CNT) e o Secretariado Intercontinental da C.N.T. de Espanha no Exílio, dirigem uma SAUDAÇÃO FRATERNAL ao povo português, através do ramo lusitano da Federação Anarquista Ibérica (F.A.I.).»

Das profundezas da clandestinidade espanhola e de todas as partes do mundo onde se encontram os militantes anarcosindicalistas de Espanha, enviamos uma SAUDAÇÃO FRATERNAL plena de esperança a todos os povos peninsulares, aos nossos companheiros do anarcosindicalismo lusitano, e ao povo português em geral.

Cerca de meio século de ditadura cruel sofreu o povo português. Trinta e cinco anos conta o sofrimento do povo espanhol. A nossa desdita é comum. A dor e as perseguições foram comuns, e comuns eram as nossas esperanças.

Vós, companheiros portugueses, já começais a conhecer os benefícios da liberdade! Nós, com a nossa luta comum, esperamos conhecê-la em breve. Juntos e irmanados, havemos de prosseguir a nossa luta até ao dia em que em toda a Península Ibérica ondeie ao vento a bandeira da LIBERDADE.

Os vossos tiranos cairão. Os nossos, não tardarão.

A Confederação Nacional do Trabalho de Espanha, os homens do anarcosindicalismo ibérico, demonstraram e demonstrarão, que fomos, somos e seremos os gladiadores permanentes da luta pela liberdade.

Companheiros anarco-sindicalistas de Portugal: A C.N.T. de Espanha, o Movimento Libertário Espanhol, estão convosco; e, hoje como ontem, vos dizemos, PRESENTE!

Saudai, em nosso nome, o povo e os trabalhadores de Portugal!

Dizei-lhes que os trabalhadores de Espanha saúdam a sua liberdade!

Saudemos uma vez mais a nossa fraternidade!
Trabalhadores de Portugal: Viva a Liberdade!

Pela Liberdade da Península Ibérica: Viva a F.A.I.!»

Pela Confederação Nacional do Trabalho de Espanha:
o Comité Nacional

Pela C.N.T. de Espanha no Exílio:
o Secretariado Intercontinental

A Batalha, ao reaparecer será a nossa melhor mensagem que dirigimos aos camaradas espanhóis, quer na ressonância da nossa voz, quer no ardor que empenhamos na batalha comum pela emancipação dos trabalhadores.

COLÓQUIO SOBRE SINDICALISMO EM OVAR

Promovido por um grupo de trabalhadores de Ovar, realizou-se em Junho no Pavilhão do Desportivo Ovarense um colóquio com a coordenação do nosso camarada Emídio Santana.

Os temas propostos e abordados pelo coordenador, foram: a) o que é um sindicato? b) Qual a sua organização? c) Sindicatos de Indústria e Sindicatos de profissão.

Fez um breve resumo histórico do movimento sindicalista por explicitar pelos factos a experiência sindical dos trabalhadores portugueses e deduzir a razão dos temas na actualidade. Apresentou um esquema em quadro da organização sindicalista revolucionária e autonomista.

Ao final fizeram-se várias perguntas que anunciavam o diálogo.

A luta operária na defesa dos seus direitos frente ao capitalismo e toda a aparelhagem do seu sistema económico e político define-se em posições claríssimas: é uma posição revolucionária em que se contesta esse próprio sistema.

Não é possível portanto assumir posição de reformismo actuante dentro desse sistema, ainda que aplicando todo um contorcionismo dialéctico, enroupando de fraseologia revolucionária, porque as falsas posições ficam desde logo a descoberto.

Que o liberalismo capitalista tolere a greve, e portanto na lógica do PPD advogue a sua regulamentação, compreende-se, mas que os chamados partidos operários, na ginástica da coligação governamental, tenham vindo também a preconizar essa regulamentação no sentido de captar uma posição eleitoral entre a classe média e a média burguesa, teria de conduzir a uma posição contraditória.

Desse prejuízo não se coibiu a Intersindical, que na esteira da política do PC apressou-se a advogar o reformismo da coligação vindo defender a regulamentação da greve. Numa mesa redonda na Televisão, Pinto Balsemão defendia essa regulamentação enquanto o delegado da Intersindical nada opôs, e algum tempo depois numa nota publicada na imprensa pela Intersindical, dando conta das resoluções de um Plenário, dizia: «2 — A regulamentação do direito inegável que é o uso da greve interessa, sobretudo, aos trabalhadores. Ninguém mais do que os seus organismos representativos têm clamado pela publicação da legislação adequada sobre as greves...»

A Intersindical nesta nota responsabiliza-se por ter reivindicado a regulamentação da greve, o que nunca foi aceite por qualquer organismo operário idóneo e em tempo algum, antes pelo contrário, sempre se opuseram a qualquer legislação desse tipo.

Não deixa de ser estranho que ao ser presente ao Conselho de Estado o projecto dessa regulamentação a União dos Sindicatos do Sul, uma face da Intersindical, se tenha dirigido ao mesmo Conselho, em não dissimulado estilo de apoquentação, dizendo que *confiadamente aguarda desse Conselho a institucionalização da prática do direito à greve em termos, não de constrangimento deste direito, mas de garantia para o efectivo exercício; reafirma ainda que a utilização do lock-out por parte do patronato só beneficiará a força da reacção no seu processo contra-revolucionário...*

A União dos Sindicatos brincando com o fogo numa posição mais que reformista, alarma-se inconscientemente. Se aceita a regulamentação da greve naturalmente que admite ipso-facto que a legislação regulamentar venha a admitir também o lock-out; como se há-de queixar que ele venha a ser o seu processo contra-revolucionário!

Nunca o sindicalismo português admitiu o regulamento da greve, e por isso, consequentemente, nunca admitiu o lock-out e esteve em posição moral de combatê-lo.

A sujeição da Intersindical à política de coligação governamental contrária à justa tradição do sindicalismo português, tem de ser inteiramente rectificadora e emancipadora do invio caminho que está a percorrer.

Em paralelo é interessante anotar o Depoimento de Dr. Vital Martins Moreira no Diário de Notícias de 13 de Agosto em que de um modo íntegro reconhece o direito de greve, em que

uma restrição decisiva do exercício da greve joga a favor do patronato contra a classe operária e os trabalhadores. Reconhece mesmo que as limitações não devem atingir os trabalhadores de usá-la mesmo sem a sanção sindical — método introduzido pela social-democracia — e em greves de solidariedade, etc.

Convém contudo anotar a parte do depoente em que admite como limites únicos os que afectem outros direitos fundamentais (por exemplo, a liberdade de trabalho) ou interesses essenciais do País ou da população.

A liberdade de trabalho foi sempre a invocação do capitalismo contra o direito de greve, isto é, sempre que os operários que queiram traír a greve, jogando a favor do patronato, este evocava esse direito contra o direito de greve.

Analisemos a greve quando afecta os interesses essenciais do País ou da população. Devemos em primeiro lugar reconhecer se os interesses das classes cujo trabalho implica directamente esses interesses se não são igualmente defensáveis. Claro que são! E em todo

o mundo civilizado esse direito lhes é reconhecido; se as classes que asseguram serviços públicos devem ponderar a oportunidade das suas greves, a classe capitalista e o Estado não se sentem igualmente responsáveis moralmente pelo conflito de interesses que pode ocasionar essa greve?

É evidente que a luta operária tem a sua responsabilidade, a sua estratégia, mas essas não passam certamente pela conveniência política dos partidos em compromissos de coligação ou em manobras eleitorais.

A organização sindicalista com a sua autonomia própria é suficiente idónea para determinar-se em tais circunstâncias, e por consequência o direito de greve pertence-nos exclusivamente.

Só há uma greve que não desejamos praticar: a greve política em benefício da política de qualquer partido.

OS MORTOS E OS VIVOS

Nesta secção se dará notícia dos Heróis de que Ninguém Falou. Os Mortos e os Vivos. De todos aqueles que, com a sua coragem moral e resistência física, conscientemente, preferiram a morte à traição. Sofrendo as maiores violências da PIDE, a tortura física e a violência mental nunca vergaram, jamais «racharam». O seu comportamento heroico salvou muitos camaradas que continuavam a luta clandestina contra o fascismo, outros de irem parar, sofrer e morrer nas terras escaldantes do TARRAFAL, onde muitos desses heróis ficaram sepultos depois de inenarráveis sofrimentos.

Homenagem e lembrança simples, como simples foi toda a sua vida de militantes libertários; homenagem prestada por todos aqueles por quem tantas vezes eles arriscaram a vida e a liberdade.

Os actuais militantes que integram a Cooperativa Editora A BATALHA; anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas revolucionários e todos os simpatizantes, unidos, continuarão a sua luta pela instauração do Socialismo Libertário, onde não haja hierarquias nem classes superiores a mandar e classes inferiores a obedecer. Os homens de quem vamos falar, na sua maioria autodidactas que não chegaram a completar a instrução primária, dão-nos uma magnífica lição de quanto podem os homens quando animados por uma vontade forte e esclarecida. Profissionais de vários ofícios e nas horas vagas jornalistas e escritores de mérito.

MARIO CASTELHANO — Nasceu em Lisboa em 1897. Muito novo iniciou a sua actividade sindical nos ferroviários da CP, sendo demitido por ser activo organizador da greve ferroviária de 1920. Continuou a militar na classe ferroviária, sendo secretário geral da Federação Ferroviária. Em sua representação entrou no Conselho Confederal da CGT, sendo então eleito director de A BATALHA até à sua destruição pela polícia em 1927. Activo organizador da greve geral do 18 de Janeiro de 1934, foi preso e deportado para o Tarrafal onde morreu vitimado por Biliosa.

A sua firmeza, tenacidade e aprumo franquearam-lhe o respeito de quantos passaram pelo campo fatídico.

Foi o último director de A BATALHA como jornal diário.

JOSÉ DA SILVA SANTOS ARRANHA — Nasceu nas Caldas da Rainha, onde aprendeu o ofício de marceneiro. Em Lisboa deu grande actividade ao seu sindicato e Federação de Indústria, tendo notável acção numa prolongada greve da sua indústria. Participou em 1923 no Congresso Nacional Operário da Covilhã, sendo ali eleito para secretário geral da C.G.T., lugar que ocupou até 1925, no Congresso de Santarém. Foi eleito Director de A BATALHA, que ocupou até 1926, e substituído por Mário Castelhana.

ALEXANDRE VIEIRA — Nasceu no Porto, em 1881. Operário gráfico, foi um dos principais impulsionadores do sindicalismo em Portugal, tendo no campo das ideias ocupado um destacado papel como jornalista operário, fundando o jornal A Greve, depois O Sindicalista, O Movimento Operário e secretário da União Operária Nacional até que deu lugar à CGT. Em 1919 fundou A Batalha e foi o seu primeiro redactor principal. Foi um fecundo militante e publicista.

Morreu em Março deste ano, com a idade de 93 anos.

O PROBLEMA AGRÁRIO A TERRA PARA OS CAMPONESES

A persistência das velhas estruturas agrárias como uma fortaleza de privilégios que se opõem ao aproveitamento da terra, e ao desenvolvimento da sua produção pela aplicação de culturas intensivas e tecnicamente planeadas, contribuiu igualmente para a nossa miséria económica e para a sustentação duma camarilha de potentados que puderam sempre dominar o país opondo-se a todas as reformas sociais.

A nossa evolução política jamais alterou essas estruturas agrárias e deste modo, aparte alguns contros industrializados que se criaram, o resto do país é o agro pobre do pequeno agricultor escravizado à terra madrastra, o latifúndio que opõe algumas famílias possidentes a um mísero proletariado rural, ou o médio e grande proprietário que vive parasitariamente da exploração avulsa das suas propriedades.

Todas as grandes convulsões sociais suscitam o problema da terra e põem em contestação as suas bases jurídicas, económicas e políticas. Mas sempre os grandes programas reduzem as ideias de reforma agrária a contemporizações com o direito feudal da propriedade, obrigando a agricultura a uma limitada exploração da terra segundo os interesses dos seus detentores, das suas limitações e dos seus privilégios.

A existência de regiões de predominância latifundiária ou minifundiária, por consequência de diferentes estruturas económicas de exploração e ideossincrasias produziu sempre o conflito das soluções propostas por tender para soluções de ordem política abstracta e de sujeição às estruturas jurídicas fundamentais da propriedade. E todas as chamadas reformas agrárias apelaram tanto para a divisão das terras, criando novos proprietários, magros ou gordos, como para a vaga ideia da nacionalização.

A divisão da terra será a continuidade das debilidades do actual regime de exploração agrícola, do proprietário de poucos recursos, sem plano e sem técnica, ou a criação duma nova burguesia rural num mesmo sistema de privilégio.

Outro prejuízo político é a de confiar ao Estado a missão fundamental, que desde logo levará de avanço as prerrogativas jurídicas da classe que detem as alavancas do próprio Estado.

O processo da revolução agrária — porque revolução terá de ser — há-de, com certeza, passar pela iniciativa dos trabalhadores do campo, tanto do proletariado rural como dos agricultores que afinal cultivam a sua própria terra, porque todas as experiências de reforma forçadas a partir do Estado nunca conduziram a resultados fecundos, só possíveis com a completa adesão dos mesmos trabalhadores às iniciativas que deles devem resultar.

O proletariado rural do latifúndio só pode entender uma solução: a socialização da terra e a gestão agrícola pelos próprios trabalhadores, naturalmente solicitada pela dimensão e estrutura da exploração.

Noutra latitude, onde predomina a pequena exploração, se a posse da terra é fundamental para o camponês que desconhece a prática da cooperação e dos benefícios do trabalho em comum, nem por isso deveremos persistir na dogmática da divisão da terra mesmo em sistemas muito trabalhosos e engenhosos, ou das nacionalizações que em nenhum caso deram outros resultados que não fosse a burocratização do sistema. Ainda neste caso é necessário que o camponês sinta a missão a que é chamado para o progresso da sociedade, e intervenha nesse processo por decisão própria praticando métodos de associação cooperativa, na escala e na prática que eles próprios vão reconhecendo.

A diferença de sistema de exploração da terra naturalmente determinou diferentes actuações dos trabalhadores do campo, assalariados ou pequenos proprietários. Assim, no Alentejo, o proletariado rural agrupou-se sindicalmente e reivindicou a socialização da terra rejeitando conscientemente todas as proposições políticas de qualquer espécie, mas em contrapartida nas regiões minifundiárias o recurso à associação de esforços, reivindicativos ou cooperativos, não foi intensamente praticado, embora tenham sempre persistido formas de comunismo agrário apreciáveis.

Foi preciso que o sistema corporativo tivesse imposto à agricultura um tipo de associação forçada que conduzia imediatamente à subordinação à grande burguesia rural, e ao Estado que a representava, para que a validade das práticas da associação cooperativa se comesçassem a enraizar exactamente quando o corporativismo acusava a sua total falência como sistema e como recurso.

As colectividades agrárias, prática da socialização livre, ou as cooperativas, prática duma socialização voluntária, não são incompatíveis entre si; apenas quer uma quer outra das iniciativas não se limitam ao quadro dos partidos tradicionais de qualquer espécie, pois todos eles entendem a estruturação social a partir dos seus programas elaborados no jogo das transacções capazes de servir à aritmética eleitoral.

O rural alentejano, hoje tão solicitado por propagandas demagógicas e forçadas simbolismos, só entende uma reivindicação: a terra para os camponeses pela colectivação autogestionária.

Em 1925: o congresso dos trabalhadores rurais preconiza

Em dois congressos foi presente e aprovada uma tese sobre este importante problema. Essa tese, elaborada num momento excepcional, princípio de 1920, quando se estava sob a pressão de acontecimentos mundiais com uma orientação estatista, autoritária e centralista, sofreu essa influência na sua redacção e na essência das aspirações proletárias.

Levada de novo ao V Congresso, Dezembro de 1922, a tese foi ainda aceite por no momento outra com princípios mais consentâneos com as aspirações dos trabalhadores conscientes, não estar elaborada.

Ora, se já em 1922 aquela tese não satisfazia; depois, já de posse de conhecimentos precisos sobre a experiência russa, menos podia ser aceite, pois se os trabalhadores rurais continuassem a aceitar o espírito daquela tese, correriam o risco de uma vez socializada a propriedade, mas mantendo-se o salário e até a distribuição de lucros como no regime burguês, voltarem à situação anterior de escravos embora de novos senhores.

E como é necessário definir esta questão duma vez para sempre e de forma a não haver contradição entre o que prega e o que se deseja, resolveu a Comissão Administrativa apresentar ao 6.º Congresso o seguinte, que servirá de norma na propaganda e na acção para a conquista duma sociedade igualitária e livre onde todos possam contribuir para a satisfação das necessidades comuns:

I
A socialização íntegra e absoluta da propriedade agrária, das máquinas, alfaias, gado de tracção, de cria e de engorda, celeiros, lagares, etc.

II
Toda a propriedade agrária passará ao regime de comunidade livre e será dividida unicamente tendo em vista um maior e mais racional aproveitamento das terras, segundo as suas condições areográficas e aptidões culturais, para as diferentes espécies agrícolas indispensáveis e mais necessárias à alimentação das populações.

III
Os sindicatos de trabalhadores rurais, directamente ou por intermédio da sua Federação de Indústrias, de acordo com os técnicos-agrónomos, dirigirão os trabalhos agrícolas, mediante acordo colectivo para as deslocações de pessoal e execução dos diferentes serviços da produção campestre conforme as necessidades de cada região, fazendo a distribuição dos instrumentos de trabalho, de sementes, adubos, etc. e bem assim a elaboração de estatísticas parciais, etc.

IV
Os trabalhadores rurais rejeitam o salariato, nem o compreendem dentro

GREVE NO JORNAL DO COMÉRCIO

Esta greve, que abrange umas centenas de trabalhadores, tem sido uma aprumação vigorosa do pessoal que principalmente exige a demissão do director, Carlos Machado, ao que a Administração tem oposto uma negativa. Em todas as reuniões dos trabalhadores se reafirma o propósito de manter as suas reivindicações e mantendo a ocupação das instalações.

Um funcionário do Ministério do Trabalho tentou junto do pessoal a retomarem o trabalho dispondo-se a contactar a administração para obter a satisfação dessas reivindicações, mas nada conseguiu.

Os trabalhadores reunidos em assembleia, em face da recusa da administração em suspender o director para se poder iniciar o inquérito à sua acção por uma comissão paritária, resolvem continuar com a ocupação das instalações, pensando-se até em publicar um jornal da greve.

P. S. — Posteriormente, e de harmonia com a nova e anti-democrática regulamentação da greve, as instalações foram encerradas por ocupação militar.

APPLIED MAGNETICS DE PORTUGAL

É o mais eloquente repositório contra o sistema da introdução das multinacionais a coberto do regime fascista.

As instalações estão ocupadas pelo pessoal que ali permanece para se garantir na posse das instalações e equipamentos da possibilidade de lhes serem pagos os vencimentos por cobrar.

As manobras ilícitas do gerente o sr. Cecil Fraser e as atitudes equivocadas da empresa-mãe da América revelam desonestidade e gangsterismo industrial.

Esse senhor tentou obter um empréstimo do governo, sempre procurando descartar-se do pessoal, ou das suas reivindicações, e apoderar-se dos equipamentos.

Os trabalhadores conseguiram apurar que a empresa-mãe deve à empresa em Portugal cerca de 15 mil contos, que possivelmente pretende inutilizar apresentando a conta dos royalties.

É um processo cheio de torpesas, contudo é evidente que as instâncias oficiais não mostram uma atitude firme e o problema decorre em complacência, possivelmente as pressões americanas etc.

Os trabalhadores mostram firmeza e decisão, pois até caçaram o passaporte da malabarista Frazer.

do regime do comunismo livre com as terras socializadas. Preferem o acordo fraternal entre os organismos camponeses e os organismos industriais para a troca recíproca dos produtos utilizáveis, as ferramentas e as matérias primas, no país por intermédio da C.G.T. e no mundo pela A.I.T.

V
A Federação de Indústrias continuará a ser órgão essencialmente coordenador, orientando a sua acção segundo as circunstâncias de ordem regional e as de ordem mundial, podendo-se desde já prever as seguintes funções:

a) O estudo do problema agrário português, com conclusões de ordem prática em todas as culturas campestres; b) O trabalho de estatística geral necessário a uma informação permanente das condições agrícolas da região, sua produtividade e destino da produção, etc.; c) Recolherá todas as informações do que sobre toda a produção campestre se passa nas restantes regiões do mundo para informar os sindicatos e destes receber indicações; d) Manterá relações com os organismos congêneres das restantes regiões do mundo para efeitos de solidariedade no intercâmbio de produtos, sementes, etc., atendendo assim às necessidades da produção e do consumo onde quer que as mesmas mais se façam sentir.

A Comissão Administrativa

campos, fábricas

É evidente que o processo de democratização superficial, apenas na ordem política, não abriu qualquer via de solução dos graves problemas económicos, e todo o sistema de produção, acostumado à protecção governativa, reage obstinadamente agora que a posição dos trabalhadores no quadro da produção e a sua elevação económica e social começa a situar-se de onde se encontravam inteiramente desalojados.

Apesar do clima emocional das manifestações políticas diversas, para além delas, os conflitos de trabalho aumentam, assumem posições como os dos TAP, e portanto se evidencia uma

PESSOAL DA SOGANTAL

Empresa estrangeira de confecção de vestuário que aproveita os baixos salários nacionais para os bons lucros da exportação. Caso muito fértil entre nós.

Em Maio o pessoal naturalmente pediu um aumento de 1250 escudos mensais — a ruína da economia nacional, talvez —, um mês de férias e o 13.º, direitos já muito vulgares em várias classes.

Os salários não ultrapassavam 1600 escudos mensais.

A empresa recusa aceder às reivindicações muito embora em breve se verifique que o pedido de aumento não atinja sequer o salário mínimo depois legalmente estabelecido.

A 15 de Maio às operárias não foram pagos os ordenados e a 20 iniciaram uma greve de zelo, mas ocupavam a fábrica e continuaram a trabalhar.

É evidente que esta atitude do pessoal — agora proibida pela lei da greve

— foi eficaz, garantindo uma acuidade de produção que a empresa queria paralisar, e que adiante se verifica.

Em Junho o pessoal continuava a trabalhar sem receber ordenado, e então, e muito bem, decidiram vender artigos em stock.

Verificou-se agora que o gerente tencionava, com o conhecimento da empresa francesa, com «vinte homens e cães» assaltar a fábrica, desmantelá-la e reexportar os materiais e máquinas.

A população, secundando as operárias da fábrica, e naturalmente defendendo a economia nacional, frustou o intento prendendo os discos, desmantelando-lhes os carros e espavorindo os cães.

Continuam as negociações por intermédio do Ministério do Trabalho. Mas será garantido o trabalho que as operárias continuaram? Se a empresa não colaborou nessa produção, partilha do lucro desse trabalho? O Ministério do Trabalho colocar-se-á no apoio à firme decisão do pessoal de querer continuar a produzir para a economia nacional?

O SINDICATO SUAS BASES ORGÂNICAS

No 1.º de Maio, a extraordinária manifestação dos trabalhadores era já uma afirmação potencial que marcava sem qualquer dúvida que o sindicalismo tomava ali a sua independência e a consciência da sua força.

Também era certo que a sua fragilidade orgânica, que lhe fora imposta, teria de ser reformada no sentido duma estruturação já conhecida.

Logo ali se falou em estudar os modelos sindicais a importar ou que algumas centrais operárias estrangeiras nos ofertavam.

E seria necessário? Não teríamos nós já uma experiência sindical muito válida? Por certo que sim!

A experiência sindicalista dos anos anteriores ao corporativismo tinha evidentes sinais de notável maturidade. Portugal não sendo um país industrializado, com uma meia dúzia de centros operários de relativo volume populacional, distinguiu-se por:

— Ter tido um movimento sindical unificado numa única central sindical;

— Ter estruturado os sindicatos sob formas sindicais evoluídas para além de países considerados evoluídos;

— Ter atingido a capacidade de ligar o proletariado industrial ao proletariado do campo;

— E sobretudo, ter sido autónomo, sem sujeição a governos ou partidos políticos.

Os sindicatos nacionais foram criados em moldes deformados; lógico seria começar pela sua reestruturação, pois além de continuarem a não corresponderem à sua missão, começam a debilitarem as suas faculdades de reestruturação.

É indispensável anotar que desde logo, por geração espontânea apareçam uniões de sindicatos do Sul e do Norte e uma Intersindical a darem directrizes, a marcarem uma representatividade que os sindicatos não lhe outorgaram pela destruição de posições e resolvendo eles próprios quais deviam de ser as directrizes que essas uniões e Intersindical deveriam de tomar.

Novamente a estruturação sindical, como no corporativismo, nasce do alto, das cúpulas sem base, ditando ordens, impondo directrizes como outrora o INTP e com a mesma legislação. Pode ser que a Intersindical corresponda a fins alheios ao movimento sindical, mas só está ferindo mortalmente as capacidades determinantes que os sindicatos já deveriam ter tomado, de preferência, a sua reestruturação. E se é necessário um órgão coordenador da sua acção, não-de ser os próprios sindicatos que o não-de criar e estruturar.

Novo paternalismo? Quem o pediu e

quem o quer impôr em nome de que princípio.

A Batalha, vai desde já iniciar a análise dos defeitos estruturais dos sindicatos que herdámos do corporativismo à luz da experiência do sindicalismo que os trabalhadores portugueses criaram e experimentaram.

Comecem por: sindicatos de indústrias ou sindicatos profissionais. Outras formas de sindicatos.

Quando uma profissão encerra em si todo o ciclo da transformação da matéria prima num produto acabado, como seja o caso de um oleiro da província, o sindicato profissional pode ter justificação. Mas se da matéria ou matérias primas há um processo complexo de acções transformadoras por parte de diversos profissionais, estes estão indissolúvelmente ligados em todo o processo de produção, como por exemplo a construção de edifícios, a construção naval ou a metalurgia. Aqui a base sindical há-de necessariamente ser a indústria, e todo o pessoal integrado nela reúne-se num sindicato único desde a função mais singela, por exemplo num servente, até aos técnicos mais especializados.

Os interesses morais e profissionais são comuns; todas as suas reivindicações devidas dum processo de produção comum; em caso de luta reivindicativa têm de ser solidários, e no processo histórico da evolução para o socialismo a função de autogestão resulta do próprio esquema orgânico.

Desde 1912 que em Portugal os sindicatos começaram a tomar a base industrial.

Mas às vezes todo o ciclo industrial completa-se dentro duma única empresa, como seja o caso dos TAP ou a Siderurgia, então o sindicato será um sindicato de empresa, abrangendo só o pessoal dessa empresa.

Como o Sindicato é o legítimo representante dos trabalhadores situa-se concretamente numa indústria ou numa empresa.

Analizemos uma indústria por demais complexa que poderá desdobrar-se em diversos sindicatos: os transportes.

Os meios de transporte diferenciam-se extraordinariamente, e embora dalgum modo todos se relacionem, funcionam de modos diferentes; transportes marítimos, ferroviários, camionagem, urbanos, estes de redes viárias, públicas ou particular.

Neste caso os sindicatos correspondem à diferenciada estrutura do ramo de transporte: marítimo fluviais, ferroviários, transportes urbanos, transporte automóvel, etc.

Assente este aspecto da base sindical logo outro se lhe sucede: o âmbito territorial do sindicato. (Cont. na pág.6)

A BATALHA

desconformidade entre a hipótese de liberdade política e a hipótese da classe trabalhadora atingir níveis de vida de que ainda estão longe, porque enquanto a congelam níveis de salários aumenta, dum modo geral, o custo da vida, da habitação, condição que a agravar-se não é compensado com os momentos eufóricos das hipóteses de liberdade política que não se saldaram por aquisições socialistas porque se reclama e será o dilema desta conjuntura.

Com esta rúbrica A Batalha dará notícia e relevo aos conflitos a que a classe trabalhadora é levada pelo actual circunstancialismo.

VAQUINHAS VIDA SINDICAL & GERTRUDES, LDA.

Mantem-se a paralização do trabalho nas suas instalações de construção naval devido ao não pagamento dos salários dos trabalhadores referentes a Julho.

Todos os sindicatos e todos os grupos de actividade sindicalista devem enviar para A BATALHA, todos os seus comunicados ou notícias da sua actividade e indicar até correspondentes directos.

Em todas as terras da provincia os nossos camaradas devem indicar o correspondente local que, além das notícias locais a enviar-nos, nos indique novos assinantes.

DA ACÇÃO SINDICAL

A GREVE: direito ou concessão?

As leis que extinguiram no nosso país, e lá fora, o corporativismo tradicional que o liberalismo encerrava, proibiam aos trabalhadores todo e qualquer recurso à associação ou à «parede», afinal a greve.

O capitalismo industrial vedava assim aos trabalhadores qualquer arma de defesa. Todavia a concentração operária nos meios fabris criava as condições de solidariedade e espírito de contestação ao sistema de exploração do trabalho.

E a greve surgiu nos meios operários; apesar de proibida vingou, e experimentada deu aos trabalhadores a conquista dos direitos que nunca o sistema lhe conferiu mas que somente cedeu pela força.

Quando a República se implantou em Portugal já os trabalhadores praticavam a greve; e a República «generosamente» a reconheceu. Mas logo que as esperanças republicanas se dissiparam, e as greves foram os únicos recursos de conquista de direitos que o 5 de Outubro frustrara, logo o Brito Camacho, político conservador e proprietário alentejano, legislou o regulamento da greve, ou seja a sua esterilização.

Os trabalhadores já na fase do progresso sindicalista, ultrapassaram a lei sempre que necessitaram de usar o seu direito, e prescindir da concessão.

Salazar prescreveu a greve como direito ou como concessão. Estava na lógica da sua ditadura.

Mas antes que o fascismo caísse como governo já os trabalhadores praticavam a greve, mas contra ela empenhava-se a PIDE, as polícias, os patrões e os tribunais.

0 25 de Abril — o 5 de Outubro de 1974 — deu-nos copiosa alvorada de esperanças, e logo que os trabalhadores tiveram de utilizar a greve para conseguir o que não vinha na bandeja dos cravos, mas só os cravos da sua crucificação, os partidos governamentais, os cronistas económicos e as pessoas «bem pensantes e bem comportadas» levantaram o clamor: a greve seria o caos económico. Mas o caos que o fascismo nos legara não geraria a greve, quando outras soluções não apareciam?

E logo se falou em regulamentar a greve, mutilá-la como direito conformando-a ao espartilho da concessão. E para que não aparecesse o Brito Camacho, a Intersindical, as duas Uniões de Sindicatos que brotaram por geração espontânea, e o Ministério do Trabalho, com o ministro, talvez cantando o «avante, camaradas!», se aprestaram a empunhar a palmatória, consideraram as greves «irrealistas» e «oportunistas» e até de utilizada por «provocadores», e a fazer o «regulamento».

Classes houve que utilizaram a greve, e foram vituperadas. Dentro da ética sindical, da prática da solidariedade operária, a condenação violenta é insultuosa dos seus movimentos é simplesmente condenável.

A óptica governamentalista e eleitoralista desses partidos pode ter-lhes determinado essa posição, mas isso resulta de se terem situado num campo diverso daquele onde se situam os trabalhadores e os seus sindicatos, de terem de defender privilégios que se situam por cima da condição operária.

Estamos a recordar-nos de que Wilson, primeiro ministro trabalhista, quis regulamentar a greve; vacilou, mas Heath aproveitou a oportunidade. Uma perspectiva.

Analisemos ainda outro aspecto: concitar a reprovação pública da greve, explorando o fácil protesto contra uma privação derivada dessa greve quando durante 48 anos se foi privado de tanta coisa.

No caso da Carris, padeiros e CTT os «paladinos» governamentalistas, interessados num cómodo usufruto das cadeiras ministeriais, cometeram o erro tremendo de concitar a desaprovação do público.

Se havia reivindicações menos lógicas, pois nas negociações se discutiriam, mas exarcebar o público contra o exercício dum direito por qualquer classe, sindicato ou agregado populacional, é uma negação da democracia, mas da democracia autêntica, igual para todos, e não a democracia de cantar «Vila morena» por baixo salário.

O verdadeiro exercício da democracia afere-se quando o todo colectivamente é capaz de reagir e protestar contra o atropelo que se faça ao mais ignorado dos cidadãos.

Em sindicalismo, primeiro o dever de solidariedade, depois à ajuda a corrigir erros se os houver.

E quem falou aos trabalhadores em 6 contos de ordenado? A demagogia que agora considera essa reclamação de «oportunistas», «irrealistas» e «provocadora do caos económico».

Muito há ainda a fazer Trabalhadores!

Depois de escrito este artigo, já concebido na previsão do que seria a regulamentação da greve, foi aprovado pelo Governo Provisório o decreto regulamentador.

Não nos desiludiu, antes nos confirmou as suspeitas do que viria a ser esse decreto. Apenas nos cabe um comentário: como integrado no que se chama «um processo de democratização» é a sua formal contestação; mais reaccionário que o decreto regulamentador de 1911.

Mas uma pergunta também ocorre: Foi com certeza aprovado pelos ministros dos partidos operários. Cabe-lhes essa honra.

A BATALHA

ELECTRONICA SIGNETICS

Outro flagrante caso de colonização industrial de multinacional. Construtora de circuitos integrados com escoamento para outras fábrica do Complexo situadas fora do país, recusaram atender as reivindicações dos trabalhadores, as reclamações de saneamento, persistindo na liberdade de praticar despedimentos à sua vontade.

Tem sido uma acidentada luta do pessoal perante a passividade dos organismos oficiais, e a tribu de chefias de portugueses prestou-se até a declarar-se solidários com os elementos a sanearem.

Após prolongadas negociações os trabalhadores conseguiram que a administração se compromettesse a não efectuar despedimentos até ao fim do ano sem justa causa mantendo o pessoal a trabalhar a 50% do tempo com 60% do salário. O Ministério do Trabalho prometeu cobrir a diferença salarial através do Fundo de Desemprego.

Situações afinal muito equívocas.

MINEIROS DE ALJUSTREL

O ministro do trabalho, acompanhado do dr. Carlos Carvalhas, eng. Balteiro Fragata e Daniel Cabrita visitaram as minas de pirites de cobre de Aljustrel.

Depois da visita de circuntância à mina, que é sempre de muito interesse televisivo, especialmente no ligeiro contacto com «os operários em pleno trabalho», foram visitar o bairro operário, verificando-se «a necessidade de urgentes melhoramentos». Dos reformados ali moradores se irá estudar os seus problemas.

Depois o ministro e a sua comitiva teve uma reunião informal com a empresa.

Com muito entusiasmo popular o ministro e a sua comitiva regressaram a Lisboa.

O sr. Daniel Cabrita tomou boa nota do que se viu.

Apenas o mineiro António Maria Coelho quebrou a solenidade do acto pondo em foco a situação dos reformados pedindo a expulsão dos engs. Freire de Andrade e George Dubois. Eis tudo.

OS TRABALHADORES DA COMPANHIA DAS ÁGUAS

Por uma comissão de coordenação dos trabalhadores foi inicialmente apresentado um caderno das suas reivindicações que, segundo cálculo atingiria um montante de 50 mil contos.

O governo provisório apresentou uma contra-proposta que reduziria o encargo para 35 mil contos.

Numa assembleia realizada na «Voz do Operário» com a presença de 468 trabalhadores, 450 aceitaram a proposta do governo. Todavia foi rejeitada a tabela salarial proposta pelo ministro do Equipamento Social e do Ambiente, propondo-se os trabalhadores elaborar eles próprios uma tabela que reduza o leque salarial, beneficiando especialmente os vencimentos inferiores a 7500\$00 mensais. Essa tabela aplicar-se-á retroactivamente a partir de 1 de Maio.

A classe não se considera todavia satisfeita, pelo que aguarda a oportunidade de se proceder a nova reivindicação.

GREVE PARCIAL NAS COMPANHIAS AÉREAS

Por não terem sido aceites pelas empresas a cláusula que suspendiam os despedimentos sem justa causa enquanto durarem as negociações do contrato de trabalho, entraram em greve 650 trabalhadores administrativos dessas empresas.

A paralização começou por ser de 1 hora diária, e depois passou a 2 horas.

O pessoal da TAP que presta apoio às companhias estrangeiras solidarizou-se com a luta desses trabalhadores.

finalmente!!!

Causará estranheza e até mesmo algum espanto o facto de só agora A Batalha, um dos mais antigos jornais operários e o único que em Portugal se publicou como órgão diário, primeiro da União Operária Nacional e depois da Confederação Geral do Trabalho — C.G.T., conseguindo manter-se ininterruptamente até à vinda do fascismo contra o qual continuou a luta na clandestinidade.

Tudo, porém, tem a sua explicação: a nossa Organização, ao tempo instalada na Calçada do Combro, 38-A, 2.º, foi completamente destruída e presos os seus melhores militantes na primeira sangria fascista, e com todo o seu mobiliário. A tipografia, pouco antes comprada com dinheiro de contribuições voluntárias de trabalhadores, muitos dos quais, durante longo tempo, contribuíram com a importância de um dia de trabalho por mês e alguns até mesmo foram além, foi completamente pulverizada. Várias tipografias nos foram apreendidas durante a luta na clandestinidade.

Chegado o 25 de Abril, faltos de tudo menos de esperança e de vontade firme de continuar a luta pelos nossos ideais de sempre, só e apenas se nos depararam obstáculos.

Enquanto a alguns grupos de pequena ou nenhuma representação, aparecidos depois de 26 de Abril, sem partidários, se lhes concederam todas as facilidades de instalação em sedes das extintas organizações fascistas onde nada faltava, ao nosso Movimento tudo foi negado e nem lhe aceitaram na rua António Maria Cardoso, uma exposição pedindo o que nos parecia de toda a justiça.

Contactámos com o jornal A época nos últimos dias da sua publicação, a fim de lá ser impressa A Batalha e também não fomos atendidos.

Finalmente, A Batalha está na rua e será tudo quanto os trabalhadores quiserem que seja. Foi um jornal diário, por agora quinzenário, depois novamente diário a prosseguir no bom combate por todas as causas humanas e justas. Estamos numa casa pobre e velha, mas capaz de irradiar todo o potencial das nossas ideias.

Do nosso futuro, do futuro deste jornal de trabalhadores, jornal sindicalista, autónomo e livre de todas as influências partidárias, aos trabalhadores, mas a todos, também livres e lutando para serem cada dia mais livres, confiamos a nossa existência, querendo que ela seja a de bem cumprir todas as tarefas das grandes batalhas do presente e do futuro, a caminho do Socialismo em liberdade ou Socialismo Libertário na defenição sergiana.

Se os trabalhadores quiserem, A Batalha de novo voltará a ser o que sempre foi — Um grande jornal diário!

A CONVENÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BEJA

Tem especial interesse por ser a primeira convenção de trabalho negociada pelos trabalhadores rurais em que já figura a fixação de um horário de trabalho e negociada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Beja, divulgada num seu comunicado. Outras convenções já foram negociadas.

Por certo que este facto irá fazer renascer a organização sindical dos rurais, que foi parte integrante do movimento sindicalista português representado pela CGT.

Segue o texto do comunicado.

1 — A culminar a luta que os trabalhadores agrícolas do concelho de Beja vinham travando nos últimos dias, foi finalmente assinada ontem à noite uma convenção de trabalho que aprova as reivindicações mínimas que o nosso Sindicato tinha apresentado na reunião de 18 de Junho. Trata-se, como é evidente, duma grande vitória dos trabalhadores agrícolas do concelho de Beja, que pela primeira vez vêem aprovada uma convenção de trabalho, ou seja, um documento em que as nossas jornadas e condições de trabalho ficam estabelecidas, com o nosso acordo, por um dado período de tempo.

Desnecessário é salientar que a nossa vitória nunca teria sido possível se a nossa classe não tivesse aparecido unida e organizada perante os agrários, se não tivesse aparecido firmemente disposta a lutar pelas justas reivindicações dos trabalhadores. É esta a lição que todos os trabalhadores agrícolas do nosso martirizado distrito devem retirar desta vitória no concelho de Beja, para que cada dia que passe se reforce a unidade e a organização sindical da nossa classe. Agora é a vez de os trabalhadores agrícolas dos outros concelhos do nosso distrito apresentarem as suas reivindicações e iniciarem negociações com os agrários.

2 — Para completo conhecimento de todos os camaradas, transcreve-se a seguir o texto completo da CONVENÇÃO DE TRABALHO em vigor no concelho de Beja nos próximos 90 dias:

«Ao cabo de diversas reuniões entre representantes dos trabalhadores e dos empresários agrícolas do concelho de Beja, às quais assistiram sempre como delegado do Ministério do Trabalho o eng. Júlio Silva Martins e o dr. Oliveira Ferrão, delegado em Beja do INTP, e

na última fase o eng. João Carneiro Pinheiro, director-geral dos Serviços Agrícolas, e major Reis em representação das Forças Armadas.

Verificando-se ser da maior importância para ambas as partes e para o interesse nacional pôr imediatamente em curso os trabalhos referentes à colheita de cereais, analisadas e confrontadas diversas propostas e contra-propostas das duas partes contratantes das condições de trabalho para toda a época das colheitas cerealíferas (90 dias), convencionaram essas duas partes o seguinte:

— Para todo o período de colheitas (90 dias) serão adoptadas as seguintes condições de prestação de trabalho:

a) salários por jorna de 8 horas:
Tractoristas 190\$00
Outros trabalhadores Homens 160\$00
Mulheres 120\$00

b) semana de 44 horas, com pagamento a 50% mais das 4 horas de sábado à tarde e outras extraordinárias e trabalho aos domingos e feriados a dobrar.

c) trabalho assegurado para todos os homens e todas as mulheres cabeça de casa.

d) garantia às restantes mulheres de trabalho correspondente a metade do período de trabalho que vai de hoje até à publicação das conclusões a emitir pela comissão paritária adiante referida, a qual deverá obter resolução do assunto até 30 de Setembro próximo, data a partir da qual as partes em convenção entregam a questão aos departamentos governamentais representados na comissão paritária.

e) fica ressalvado que o acordo só é válido para homens e mulheres residentes na área de cada freguesia à data deste acordo e que habitualmente se dediquem aos trabalhos agrícolas.»



do sindicalismo da sua autonomia

Foram os trabalhadores pela via de luta sindical que em todos os países foram transformando a condição de escravidão que o capitalismo lhe determinara com a total monopolização dos meios de produção. Lutas vigorosas que vêm de longe, cheias de experiências e resultados, é que deram âmbito às críticas doutrinárias e expressão ao Socialismo.

O Sindicalismo é a expressão dessa experiência operária, é a sua força e organização, e por isso o fascismo e todas as formas políticas totalitárias intentaram dominar o sindicalismo para dominarem os trabalhadores na sua natural forma de associação e de combate.

Mas não só. As lutas políticas a partir da revolução francesa careceram de obter apoios populares; generalizou-se o partido político e o sistema eleitoral e parlamentar.

O liberalismo político estruturou-se naturalmente no caciquismo eleitoral que se tornou em si o câncro da democracia política e burguesa. É a consciencialização revolucionária dos trabalhadores que começa por destruir a eficiência do caciquismo eleitoral.

Talvez por isso aos olhos dos partidos políticos o sindicalismo se lhes afigure uma «esplêndida mobilização eleitoral» daí que partidos da esquerda, do centro e da direita, todos procuram uma mobilização sindical.

É curioso analisar um documento público a esse respeito divulgado na imprensa pelo Partido da Democracia Cristã.

Diz-se nesse documento: «Vem decorrendo com vivacidade o debate sobre o magno problema do sindicalismo.»

«E vão-se definindo posições normalmente entre os que defendem o sindicato único — o monosindicalismo, e os que preferem uma estruturação polisindicalista.»

Mais abaixo diz «Logo após a queda do fascismo e do nazismo, os partidos da extrema esquerda apoderaram-se dos sindicatos e procuraram manter na Itália e na Alemanha o sistema de sindicato único.»

Depois de concluírem pela impossibilidade de dentro dos sindicatos coexistirem políticas diversas, o que quer dizer mobilizações eleitorais diferentes, afirmam noutro passo: «Na verdade, ao polipartidarismo político teria de corresponder um polisindicalismo de base.» E por fim relega a união dos trabalhadores a nível de Federação Sindical Mundial.

É evidente que a Democracia Cristã, com a óptica de todos os partidos, vê os sindicatos não como associações de luta dos trabalhadores, mas simplesmente como veículos de mobilização política dos partidos. Na mesma ordem de raciocínio a Democracia Cristã defenderá a poli-igreja como derivante do polipartidarismo?

Os trabalhadores no local de trabalho, e por associação e solidariedade no sindicato, têm interesses comuns como classe que não têm expressão no mecanismo partidário que apenas liga indivíduos por primitivos métodos de opinião.

O documento revela para além do interesse absorcionista uma total ignorância do sindicato. Considera o sindicato único uma negação da democracia polipartidária.

Pois até é, mas a expressão sindicato único entre nós, que não somos democracia cristã, é o sindicato à base de indústria.

Mas não é só a democracia cristã que pretende pulverizar o sindicalismo; sob o alarde de preocupações unitárias também há quem pense monopolizar por inteiro o movimento sindical começando a ditar-lhe leis, slogans, palavras de ordem de disciplina e a dar-lhe organismos de cúpula vindos de fora, como é o caso da Intersindical e por quem se coloca por detrás solicitadamente, ou comodamente se se tratar do ministério do Trabalho.

Governem-se os partidos como quiserem, recorram ao velho cacique, abram agências onde quiserem, mas os trabalhadores é que têm de defender a máquina sindical na sua integridade, o sindicalismo que o elevou do mísero escravo das páginas do Zola até a condições de vida mais humanas. Contudo, é indispensável ainda analisar que a condição operária nas sociedades neo-capitalistas da social-democracia, apenas varia no estilo de escravidão. É o tipo de sociedade em que o trabalhador é uma eficiente máquina de elevada produção para consumir quanta mercadoria se produza pela via capitalista.

O sindicalismo tem de ser autónomo; tem maioria suficiente para auto determinar-se, tem poder analítico e crítico para objectivar soluções socialistas próprias, que entre nós começam a ser praticadas: a autogestão sindical.

O sindicato suas bases orgânicas

(Cont. da pág. 4)

A base profissional do sindicato de-sintetizava, no âmbito da produção e do local de trabalho, os trabalhadores pulverizando-os por vários sindicatos. Falta de espírito de solidariedade e subordinações diferentes.

Toda a organização de base, a partir do local de trabalho era, grande parte, contrariada pelas direcções que se eximiam ao controle da base, à sua mais fácil coordenação da acção, e o ministério impedia sempre.

No dia 25 de Abril, de súbito, os sindicatos podem libertar-se da sujeição do ministério corporativo. Mas não se libertaram. Continuam as mesmas estruturas, todas as deficiências orgânicas de estigma corporativo. Apenas se lhe apegam uma Intersindical surgida do além, emitindo vozes estranhas, ordens negativas, não derivadas dos sindicatos.

Todo o processo sindical corporativo segue, não se esboçam soluções, acrescentam-se os vícios anteriores de maior âmbito sindical, ou disputando-se entre si ramos de trabalho ou actividades de reduzido número. Fazem-se assembleias num local e existe uma população sindical dispersa, que nelas nem se projecta.

Os sindicatos por demais solicitados para objectivos políticos que se centram no eleitoralismo, subordinando-se a interesses de coligações políticas, ainda não começaram os urgentes trabalhos da sua verdadeira reestruturação.

Por onde começar?

Não oferece dúvidas que há sindicatos às vezes de grande população associativa, que tendem a desaparecer para os seus membros irem agrupar-se até a novos sindicatos. Mas tal trabalho é melindroso, e por isso urgente, porque a protelação pode dar lugar à consolidação da mesquinhez corporativa, comprometendo essa reestruturação.

Pois essa reestruturação deve começar já num efectivo trabalho de todos os sindicatos na formação da organização de base, os conselhos de fábrica e oficina.

A partir destes conselhos é que se deve reestruturar os novos sindicatos à base de indústria ou de empresa, se estas já constituírem amplos sectores de trabalho onde diversas especialidades ou profissões se completam.

Começaremos aqui a analisar os problemas da reestruturação sindical.

TERMINOU A GREVE NA CORFI

Este movimento que se iniciou na secção de cordoaria, alargou-se depois a todos os sectores da fábrica, terminou depois de se sucederem diversas reuniões da comissão dos trabalhadores com a empresa, e com a readmissão dos sete trabalhadores despedidos.

O acordo aceite pela empresa, responsabiliza esta pelo pagamento do aumento de salários a partir de 1 de Maio, data em que os trabalhadores doutra fábrica da mesma empresa, começaram a receber aumento.

Como este aumento beneficia apenas as mulheres estas, num gesto magnífico de solidariedade, resolveram que o montante a pagar pela empresa relativo ao prazo a que o aumento se reporta, fosse distribuído igualmente por todos os trabalhadores.

OS MINEIROS DE VALONGO

Há mês e meio que os mineiros da Empresa Sousas de Valongo que apresentaram as suas reivindicações de revisão dos seus baixos salários, subsídio de férias, o 13.º mês e um horário semanal de 35 horas para o pessoal «de fundo» e de 40 horas para o «de superfície».

Pois apesar da justiça dessas reivindicações numa classe que trabalha em desumanas condições, a empresa não respondeu.

Os 90 mineiros fizeram entrega à empresa de um ultimato concedendo um prazo de 8 dias para aceitar essas condições.

Já de longe esta triste situação operária se mantem apesar de sempre terem formulado as suas reivindicações.

ANÁLISE CRÍTICA

A INTERSINDICAL AO RETARDADOR

O sistema fascista determinou aos sindicatos uma base restrita, quase só profissional, e uma existência solitária sem qualquer vínculo com os restantes sindicatos, apenas sujeitos ao controle directo do ministério das corporações. Apenas se alterou esta solidão com um tipo chamado de Federação que ao invés do que seria natural, exercia ainda mais directamente o controle oficial sobre os sindicatos, retirando-lhes ainda alguma faculdade de movimentação.

Naturalmente que numa fase em que os próprios sindicatos começaram a sofrer a influência da movimentação reivindicativa das suas classes e as direcções começaram a libertarem-se das ligaduras do sistema retiraram a necessidade de se relacionarem entre si, procurando apoios comuns e solidariedade da acção. À margem do sistema criaram uma comissão intersindical de relações, que a certa altura teve de movimentar-se quase clandestinamente.

Isto correspondeu naturalmente a uma necessidade da luta dos sindicatos pela sua autonomia e movimentação, embora muitas vezes a Intersindical acusasse algumas ingerências estranhas. Todavia, dada a sua quase clandestinidade, admitia-se que os seus problemas não pudessem ser debatidos na base como seria necessário, e uma ou outra atitude mais centralista se pudesse desculpar, mas isso cessou e não poderá a Intersindical aparecer-nos agora como entidade mentora, sucedendo-se ao INTP.

De súbito a Intersindical, e a seu lado duas Uniões de sindicatos, aparecem com directrizes estranhas, oriundas das esferas políticas e da coligação governamental, e, pior ainda, criticando asperamente movimentações sindicais e de classes em reivindicação, concitando até o público contra greves e logo infamando-as de serem movimentadas pela reacção, criando-se desde logo um ambiente de dúvidas, de desorientação em que só as forças reaccionárias seriam interessadas, como também uma preparação para o caudilhismo de que os partidos se viriam a aproveitar.

Paradoxalmente é a Intersindical que reclama a regulamentação da greve, que vem classificar de «irrealistas e oportunistas» as reivindicações operárias saídas dos próprios sindicatos, apelando para os trabalhadores conformarem a sua acção com o interesse nacional que apenas corresponde aos grandes interesses em jogo.

Transpirando exactamente todo o reformismo oficial do P.C., a Intersindical vem solapar as suas contradições declarando que numa sua assembleia resolvera que seus delegados não podem, nessa qualidade intervirem «em comícios ou outras actividades partidárias». No entanto acabam de tomar parte em manifestação de apoio ao governo, hábito e processo político herdado de um regime que se considera funesto em todos os seus métodos.

Tem muito interesse analisar a entrevista de Canais Rocha ao «EXPRESSO» de 27 de Julho findo, acerca da Intersindical: Unidade e independência. (Cont. na pág. 7)

NA LINHA DE FOGO

MARCELLO CAETANO E O «PECA-DO DA POLÍTICA»

PARECE que no seu livro de memórias Marcelo Caetano, faz a defesa e a justificação da existência da PIDE/DGS, pois diz-nos a certa altura «que (esta) lutou contra a subversão na metrópole e no ultramar com eficiência e entusiasmo».

Até aqui está tudo certo, que outra coisa seria de esperar do delfim de Salazar, do homem de camisa verde e braço estendido na saudação fascista. Mas, facto curioso, e digno de nota, o consagrado jurista e professor de direito, o eminente teórico das ciências administrativas, afinal acaba por insinuar, que isto de polícias, com mais ou menos eficiência, com maior ou menor tintura dos «safanões dados a tempo», são afinal todas o mesmo, quando escreve «Não posso garantir que no tratamento dos detidos nunca tenha havido algo menos correcto, mas não conheço nenhuma polícia no Mundo que esteja isenta do pecado».

Mas nem outra coisa seria de esperar, dizemos agora nós, os polícias, em todo o Mundo, são homens normais e portanto quando lhes dão a força para a defesa das classes donas do poder económico e político, naturalmente usam-na e como é óbvio naqueles países, onde até as liberdades chamadas fundamentais são negadas ao povo, a força policial mais violentamente se faz sentir.

O CASTRIM, A «UNIDADE» E LENINE

CASTRIM, o castrim crítico da TV que todos admirávamos antes do 25 de Abril é agora fervoroso paladino da «Unidade». Os trabalhadores dos C.T.T. fazem greve, há que insultá-los, estão ao serviço da reacção, põe em causa a «Unidade» do Castrim. Este ou aquele vem deitar uma pedra no charco, e pode ter até um passado de anti-fascista maior que o Castrim, este

não está com meias medidas, zanga-se, insulta, chama-lhe reaccionário ou ultra-esquerdista que para ele é o mesmo. Aponta-o às massas e insinua que a CIA está metida no assunto. Mas é com essas e outras que ele o Castrim, acaba mesmo por abrir o caminho à verdadeira CIA, que babadinha de gozo, deve estar deliciada a ver o Castrim a defender a «Unidade» por cima e a destruí-la na base que é onde ela se devia fazer.

A propósito de um programa da TV sobre Lenine, diz o Castrim: «Lenine dirige-se para a Rússia sua Pátria. Tarefa nada fácil. Tudo teve de arranjar-se com as autoridades alemãs, estas concordaram com as propostas de Lenine no sentido de facilitarem a entrada na Rússia. A Alemanha estava interessada em que se enfraquecesse a sua frente oriental e o fermento revolucionário podia activar esse enfraquecimento. Políticos e intelectuais não aprovaram a decisão de Lenine. No momento em que o cortejo chega à estação de Zurique, emigrados social-revolucionários apupam e gritam «Traidores! Vendidos! Espiões alemães!».

Pergunta-se: Se o Castrim existisse nessa altura, onde estaria? Com Lenine ou entre os sociais revolucionários, gritando como um louco «Unidade», «Unidade» e denunciando o estado maior prussiano e o «oportunismo» do Lenine.

AVELINO GONÇALVES UM MINISTRO ISENTO DO PC NO GOVERNO

DO AVANTE órgão do Partido Comunista Português. «Da primeira participação dos comunistas portugueses num governo do seu país falará um dia a História».

Não tenham dúvidas que a História falará e muitas conclusões esta tirará de tal facto e das suas consequências para a classe trabalhadora. Mais curioso é o título do artigo de elogio do ex-ministro do trabalho comunista «Avelino Gonçalves: a isenção dum comunista». Isenção do Ministro? Isenção do comunista? Quer dizer espírito de equilíbrio entre as classes, de nem tanto ao mar nem tanto à terra. Assim é que é bonito. Um ministro, tem de ser isento perante os conflitos sociais, ele deve vogar acima das ondas encapeladas da agitação, afinal a verdade não pode estar só de um lado. Muitos tratados sobre marxismo deve ter lido o senhor ministro.

UMA ALDEIA EM SESIMBRA (MAÇÃ) AINDA ESTÁ CERCADA POR ARAMADOS

POIS É VERDADE; neste ano da graça de 1974, uma aldeia a poucos quilómetros de Lisboa, ainda está cercada por arame farpado, tal como um campo de concentração. Isto porque a aldeia está metida num feudo que pertence à casa de Palmela.

Perante a fúria popular, como era de esperar, surgiu a GNR, que também como era de esperar, se colocou ao lado do senhor Manuel Holstein Beck, conde da Póvoa e primogénito da casa de Palmela.

Passando à acção directa a população arrancou o arame farpado. O senhor conde muito irritado veio dizer que a sua família tinha tradições liberais. Espera-se a todo o momento que o senhor Holstein Beck adira a qualquer dos partidos surgidos depois, do 25 de Abril.

TRABALHAR MAIS E MELHOR PRODUTIVIDADE, A QUEM VAI APROVEITAR!

ADMITE-SE que um povo que tome na mão os seus destinos, que entre num processo de total transformação das estruturas económicas, sociais e políticas do seu país, se lance com entusiasmo no trabalho, que ponha à disposição dessa transformação todo o grande potencial de que é capaz. Há muitos exemplos disso.

Mas, como se podem lançar incitamentos constantes a trabalhar mais, a elevar a produtividade sabendo-se que: Em 1970, e não consta que até agora se tenha alterado, o número de verdadeiros proprietários não ultrapassava cerca de 73 000, numa proporção da população de 8 000 000 de habitantes. Que duzentas famílias possuam fortunas avaliadas em cerca de um milhão de contos, enquanto que 75% das famílias portuguesas tinham rendimentos inferiores a 3000\$00 por mês. Que Portugal é um país onde anualmente milhares de trabalhadores são obrigados a emigrar para irem servir o capitalismo da Europa nos trabalhos mais rudes e mal pagos. Que entre 1961 a 1973 o Estado dispendeu com a guerra colonial 170 milhões de contos.

A BATALHA

Descolonização sim! mas isso não basta!

Quando ainda o termo colonialismo não andava nas bocas do Mundo; quando as colónias portuguesas em África não eram motivo de preocupação para tantos liberais e progressistas; quando se formavam as grandes fortunas coloniais e os seus possuidores vinham para Portugal gosar dos seus rendimentos ou morrer na paz do senhor, aí pelos anos vinte, já a parte mais consciente do proletariado português, integrado na Confederação Geral do Trabalho (CGT), exprimia o seu protesto, sem evasivas, contra o fenómeno colonialista português, no congresso realizado em 1925.

Os sindicalistas revolucionários de hoje, na mesma linha de continuidade dessa CGT, não necessitam portanto de estar à moda, quando se dizem anti-colonialistas, pois sempre o antídoto sindicalismo, por ser anti-capitalista foi forçosamente contra a exploração colonial dos povos.

Por essa razão, não deixam de se interrogar, com alguma apreensão, sobre o futuro de uma Guiné, de uma Angola ou de um Moçambique. Ou melhor, sobre o futuro dos povos desses novos países.

Com efeito, embora a libertação dos povos coloniais, tenha de passar, obviamente, pela sua libertação nacional, dados os condicionamentos existentes, para nós internacionalistas, o aparecimento de novas pátrias não corresponde necessariamente nem à libertação autêntica do jugo colonial, nem tão pouco à emancipação das massas populares dessas regiões.

O que a experiência nos tem ensinado até hoje, é que as independências políticas da maior parte dos Estados africanos, verificadas a partir de 1960, não trouxeram o fim da exploração das massas camponesas e operárias desses países, mas viram surgir a par do neocolonialismo, uma burguesia nacional tão ávida, exploradora e corrupta como os antigos colonos. Na maior parte dos casos, esta nova classe burguesa nacional é afinal o mais fiel aliado das potências imperialistas que exploram as fontes de matérias primas e energéticas existentes nesses territórios.

Claro, que este fenómeno da criação de burguesias nacionais, é muito do agrado de certos teóricos marxistas, que andam constantemente a pregar as etapas no desenvolvimento social, que primeiro é necessário industrializar, que há indústria pesada, que se deve fomentar o aparecimento duma classe capitalista «nacional» e depois, daqui a muitos anos, quando existir um proletariado industrial, então sim, debaixo da

direcção do «seu» partido se fará a Revolução Social e virá o Socialismo.

Naturalmente, que se as forças revolucionárias que surgiram na Guiné, em Moçambique e em Angola, que conduziram o processo da luta contra a potência colonial, caírem neste logro, se permitirem, ou até contribuírem para a formação de burguesias «nacionais», poderão indiscutivelmente construir «grandes países africanos», mas atrasarão por muitos anos, a autêntica emancipação dos seus respectivos povos, e é isto que naturalmente nos interessa. Não é pela cópia servil de modelos económicos industriais do capitalismo privado, ou do capitalismo burocrático do Estado, com grandes combinados industriais, fábricas gigantes, barragens monstruosas, explorações intensivas das fontes de matérias primas ou energéticas, pela grande exploração da mono-cultura, que o socialismo se deve construir.

As distorções de todas as ordens que estes sistemas tem conduzido, apontam-nos para outros modelos à escala humana e todos sabem como as sociedades industriais, quer capitalistas quer consideradas como socialistas, estão hoje sendo postas em causa pelas massas trabalhadoras alienadas, sem qualquer possibilidade de intervenção e de projectar o seu próprio futuro.

Naturalmente que a recusa dos processos «clássicos» de desenvolvimento económico, levanta as críticas de muitos tecnocratas socialistas, para os quais o socialismo só será possível em países «ricos». Até se obter esta riqueza haverá que passar por todo um conjunto de etapas de desenvolvimento. Em resposta a estas teses, diz o professor Samir Anim, professor da Universidade de Dakar, e que há pouco esteve em Portugal:

«Teoricamente, nenhum país do mundo é demasiado pobre para poder avançar na via do desenvolvimento socialista».

Dir-se-á mesmo mais, se houver o bom senso de se fazer o apelo ao imenso potencial que representam as formas de vida comunitária local, com a propriedade colectiva dos valores e a ausência de dinheiro nas trocas, ao espírito de ajuda mútua e de fraternidade entre os povos, se se der especial atenção ao desenvolvimento local de indústrias de base em forma cooperativa, se se procurar desenvolver as cooperativas de trocas, de produção industrial, de consumo de modo a cobrir todos os territórios de uma autêntica rede de colectividades populares

O 19 de Junho foi evocado num Comício promovido pelo Movimento Libertário Português

A epopeia dos trabalhadores espanhóis na luta contra o fascismo, traduzida pela maior realização do socialismo como criação dum povo fremente de liberdade, teria de ser evocada pelos trabalhadores portugueses na alvorada dum renascimento da emancipação dos povos ibéricos e afirmação desses postulados.

O comício realizar-se-ia no Pavilhão dos Desportos, mas à última hora os acontecimentos ocorridos em Angola ocasionaram a transferência do comício do mundo de hóquei em patins para o mesmo Pavilhão, pelo que obrigou o Movimento a transferir o mesmo comício para a «VOZ DO OPERÁRIO». Nem por isso o comício perdeu toda a sua imponência, apesar de muita gente ainda ter acorrido ao Pavilhão dos Desportos.

A convite do Movimento Libertário, e numa confraternização dos movimentos libertários dos dois países, fizeram-se representar o Comité Intercontinen-

tal da CNT no exílio, representado por Marciano Singueza, a Federação Anarquista Ibérica, representada por Roberto, a Federação Anarquista Italiana e a Internacional Anarquista pelo camarada Mazzorchi e a Associação Internacional dos Trabalhadores pelos camaradas Balkanski e Liarte. Igualmente estiveram representações clandestinas da CNT do interior, de camaradas da Frente Libertária com sede em França, e o camarada Lahrs em representação da Central anarco-sindicalista da Suécia, SAC.

Abriu a sessão e explicou os objectivos do comício o camarada Júlio Figueiras. Em sucessivas intervenções evocando a grande epopeia da Revolução Espanhola, suscitando vivos aplausos da numerosa assistência, Siguenza pela CNT, Mazzorchi pela Federação Italiana e pela Internacional Anarquista, Correia Pires pelo Movimento Libertário. Seguiu-se Balkanski, e depois Liarte, pela Associação Internacional

dos Trabalhadores. Num intervalo Vitorino cantou duas canções evocativas das lutas populares emancipadoras, que obteve fortes aplausos. Finalmente encerrou o comício Emídio Santana, do Movimento Libertário, que ao finalizar referiu-se à luta anti-colonialista, demonstrando que sempre o movimento operário sindicalista revolucionário combateu o colonialismo, lendo as resoluções que a tal respeito foram aprovadas no Congresso de CGT de 1925, em Santarém, que foram aplaudidas pela assistência.

A sala estava decorada, ao fundo, detrás da mesa das representações duma enorme bandeira vermelho-negra e um longo painel com as figuras de Kropotkine, Bakunine, Luís Michel, Reclus e Ascaso, além de muitas outras legendas de afirmação libertária.

No final foi feita uma colheita de fundos a favor do movimento.

A emigração revolucionária da CNT realizou também no dia 21, em Toulouse, um comício evocativo da revolução espanhola, e nele se fez representar, a convite da CNT no exílio, o Movimento Libertário Português por Emídio Santana.

Foi uma jornada memorável que mais estreitou os dois movimentos.

SERÁ A DEMOCRATIZAÇÃO

O extraordinário entusiasmo que se viveu naquela dia 1.º de Maio era verdadeiramente o desabafo de um povo torturado, a vibrante alegria da liberdade ignorada da grande maioria da nação. Era um entusiasmo não mas que poderia ser derivado para fins diversos daqueles que naturalmente a vulgar política prepara e utiliza.

Vimos que depois dessa generosa jornada alguns dissídios vieram conturbar a atmosfera de liberdade. Vituperaram-se classes que naturalmente reivindicavam os direitos que nunca lhes foram atendidos; concitou-se até o público contra as tomadas de posição dessas classes aferrando-lhes o termo de reacção, e desde logo a recriminação de reacção veio substituir o antigo anátema de ser comunistas.

Usando esse sistema, o PC achou a hora para uma especiosa recriminação de identificar as críticas ao regime — uso da democracia — como anti-comunismo, e, vice-versa, as críticas ao partido como hostilidade ao regime.

Desde logo se vê que nem todas as políticas se conformam com os princípios da democracia, e daí praticarem-se excessos em nome da mesma democracia.

Nada nos liga ao MRPP, cuja ideologia autoritária e processos políticos consideramos precários para uma concepção verdadeira do socialismo, mas não compreendemos a ofensiva que lhes foi feita no Porto, arrancando-lhes os seus placards, que talvez eles tenham arrancado a outros.

Não se estará a gerar uma psicose autoritária e um dogmatismo rotulado de democrático? Não se estará a perder aquele magnífico civismo do 1.º de Maio desmobilizando o povo das suas aptidões naturais de intervenção na vida pública, remetendo-o novamente para outros tipos de paternalismo, recriminando-o das suas naturais ansiedades e dúvidas dos mitos lideristas?

Donde teria surgido o ânimo dos Pides presos na Penitenciária para se revoltarem apoderando-se dum sector da Cadeia? Nós, que por lá passámos sob o domínio desses pides, que não nos faltava decisão e coragem, sabemos que naturalmente o que ocorreu deriva de indecisões, pusilanquidades e quiçá complicitades, mas não será de desprezar a ideia que os Pides se acalantam de poderem aproveitar quaisquer climas políticos ou oportunidades.

Sofremos nós todos os processos draconianos da Pide, as violências, as deportações, os insultos aos familiares, a destruição das nossas possibilidades de trabalhar e de viver, não exigimos igual para eles, mas exigimos clareza e firmeza e para já que todos os pides sejam confinados num regime seguro e imediato que nos garanta da fatalidade de ainda poderem ser recrutados para outra polícia do mesmo género, visto que está provado terem aptidões para canibais e que satisfação da sua natureza perversa serem capazes de servir qualquer amo.

É preciso desde logo definir que o ter pertencido à Pide é uma responsabilidade criminal a que corresponde desde logo uma cominação legal, independente das que se lhe somarem por investigação suplementar.

Mas não se pode esquecer de que ainda há muitos cúmplices não saneados.

Mas não esquecer.

A Intersindical ao retardador

(Cont. da pág. 6)

O entrevistado define a independência da Intersindical pela sua não participação nas coligações governamentais, nas suas boas relações com o Governo Provisório e o seu empenho no esforço de democratização do país, coisa que ainda ninguém se lembrou de definir e que afinal não ultrapassa o regresso aos elementares processos da democracia burguesa, sem quaisquer outras repercussões de ordem económica e social. E isto seria fundamental definir pela Intersindical.

Canais Rocha, com a ambiguidade dos velhos tempos, classifica a greve de «arma superior» e que «como tal não deve ser usada indiscriminadamente» e à maneira dos antibióticos, o entrevistado preconiza moderação que antes do 25 de Abril não recomendaria. Esclareça-se Canais Rocha que ninguém melhor do que um movimento sindical sem ingerências políticas sabe manobrar a greve só quando os verdadeiros interesses dos trabalhadores estão em jogo, e portanto os sente em termos de responsabilidade e de solidariedade. Não será o caso, por exemplo, de greves políticas convenientes à estratégia dos partidos políticos que possam ter ingerência nos sindicatos, que quase sempre não se coaduna com os sentimentos de acção ou de solidariedade dos sindicalizados.

Diz-nos Canais Rocha: «Após a promulgação da lei sindical, haverá prazos fixados pelo Governo para a transformação dos estatutos, em substituição dos antigos estatutos fascistas...» e considera isto de passagem dos sindicatos corporativos a livres.

Mas os sindicatos para serem livres têm de aguardar, com a expressa recomendação da Intersindical, de aguardar uma lei que o governo nos fixa e da qual os sindicatos nem sequer foram consultados ou têm voz? E só depois, parece, segundo se infere das suas declarações, esse estatuto, talvez oficial, é que determinará a nova acção sindical. Parecendo ser uma nova reedição do corporativismo, com outra cor, recordamos que na 1.ª República se havia uma lei das associações, de modo algum interferia na estruturação e orientação dos sindicatos.

Nós percebemos bem. Aqui começa o percurso do neocapitalismo como obra da social-democracia, a grande domesticadora da classe operária e dos seus movimentos sindicais, e esse caminho é evidente da declarada posição reformista do P.C. que naturalmente retorna à sua origem, percorrendo o caminho da social-democracia desde o voto de Marx no Congresso de Haia em 1872 até a ser o grande instrumento do neo-capitalismo.

Canais Rocha, ignorante por absoluto do que seja o sindicalismo, permite-se ainda dizer-nos tremendas barbaridades.

A sua anunciada reestruturação sindical(?) será que «Esse processo levará à criação de sindicatos verticais, ou seja, sindicatos por grandes ramos de actividade...» Como naturalmente aprendeu os elementos de geometria na instrução primária, por analogia classificou os sindicatos profissionais de horizontais. Se essa figuração sindical é irracional é, sobretudo, muito perigosa e inconsciente.

A definição de sindicato «vertical» aparece exclusivamente nos sindicatos fascistas espanhóis, talvez expressando a ideia absolutista do regime falangista, da verticalidade como figuração do poder vindo de cima e caindo a direito. O sindicato horizontal é produto made Canais Rocha simplesmente, o que pode conduzir a erros lamentáveis. Porque não chamará Canais Rocha ao sindicato de indústria horizontal, que dá muito mais a ideia de espaço plano?

Depois arranja, talvez no seu sonho de ser um grande inovador do sindicalismo para Portugal, um sindicato livre como «a liberdade de gerir e administrar o sindicato, conferida aos trabalhadores na independência do poder político». Mas conferida por quem? Conferida ou tomada pelos próprios trabalhadores? Neste caso ambiguidade tratado Canais Rocha mete a pretensão da CISL de obter adesões de sindicatos portugueses, que reprova.

E não terá Canais Rocha outra preferência?

Finalmente, como leader sindical que pretende ser, parece conveniente estudar primeiro as origens e o desenvolvimento do sindicalismo em Portugal desde o século passado, onde se lhe revelará um sindicalismo verdadeiro que parece desconhecer, e talvez querer ignorar.

JAIME FONSECA

A BATALHA



Exemplar de A BATALHA clandestina de 1937

A BATALHA

Este jornal é uma tribuna de todos os trabalhadores, manuais ou intelectuais. Não é órgão de partido, e aqui cabe o debate de todos os grandes problemas do Trabalho e da sua emancipação

OS TRABALHADORES SINDICALISTAS CONTRA O COLONIALISMO

Os trabalhadores como classe, na sua evolução social e política marcaram sempre inconfundível posição contra todos os domínios de natureza política ou social, no campo da produção ou territorial. Naturalmente que foram sempre contra quaisquer espécies de colonialismo, extensão da apropriação burguesa de todos os recursos de vida humana.

A posição sindicalista dos trabalhadores nunca os solidarizou com os interesses políticos da burguesia, e por isso nunca se sentiram tentados ou obedientes a quaisquer interesses de natureza territorial.

- 1—O Congresso afirma que para o profetariado emancipador não existem diferenças de raças nem limites de fronteiras e dentro deste espírito sente-se solidário pelas injustiças que em África são barbaramente impostas pelo capitalismo, apoiado na força que o Estado lhe presta, aos seus irmãos da raça negra, para os quais vai toda a sua simpatia;
- 2—O Congresso verificando a impossibilidade de os negros poderem, no actual momento, repelir dignamente e pelo seu esforço colectivo e directo a afrontosa escravidão que os sujeitam as leis egoístas e desumanas do capitalismo e do Estado opressor, exorta os negros europeizados, não contaminados pelo egoísmo burgues, a empregar os esforços necessários para conseguir uma minoria activa na terra natal, que seja como que o agente inoculador do espírito de liberdade e de bem estar económico dos escravos em África;
- 3—O Congresso declara ter a máxima simpatia por todos os movimentos levados a efeito na metrópole pelos homens ou colectividades da raça negra, cujo fim seja o de contribuir para a consecução de medidas tendentes a libertar os negros da miserável situação económica em que vegetam, dos vícios que os corrompem, deprimem e depauperam, da opressão que os esmagam e da ignorância em que estão imersos;
- 4—O Congresso delibera ainda que a C.G.T. de futuro fervente a organização de sindicatos, e-forçando-se para que nos mesmos ingressem negros assalariados, embora seleccionados, e estabeleça relações especiais permanentes com os sindicatos existentes ou indivíduos que em África possam de algum modo contribuir para a cessação do estado vilipendioso, degradante, a que estão submetidos os negros proletários;
- 5—O Congresso delibera, finalmente, que pela C.G.T. seja elaborado um protesto a dirigir ao governo contra a situação a que sujeitam os negros na África, como afirmação consciente da posição do profetariado continental contra o direito da força, reclamando do mesmo medidas tendentes a integrar os negros em superiores condições de trabalho e de vida, uma vez que é seu tutelar junto do patronato explorador.

Por estranha analogia transcrevemos do livro de César Nogueira, «Nota-se para a história do Socialismo em Portugal», a posição que este partido adoptou na Conferência Socialista de Londres, em 1917, sobre as questões coloniais (vol II, págs. 172-3):

Concluindo, estamos cónscios de que a delegação portuguesa à Conferência de Londres desempenhou o seu dever como socialista e com honra para o Partido Socialista Português, e que igualmente não esqueceu o seu dever como português, defendendo os interes-

Combatendo o colonialismo nunca o substituiríamos por qualquer espécie de nacionalismo, portanto irmanávamos a condição de luta e a aspiração de emancipação comum a todos os povos, quer colonizados quer servindo os colonizadores.

Esta antevisão do problema colonial em termos sindicalistas revolucionários é patente nas conclusões aprovadas pelo Congresso da Confederação Geral do Trabalho portuguesa, realizado em Santarém em Setembro de 1925, que transcrevemos.

ses coloniais de Portugal. O Partido Socialista e o País que digam agora de sua justiça sobre a nossa espinhosa missão».

E noutro passo: «O Partido Socialista Português entende que todas as colónias devem ser restituídas aos possuidores anteriores à guerra e consideradas na acção internacional futura juntamente com o país a que pertencem».

Mudam os tempos, mudam as vontades...

pano de fundo

Manhã de 25 de Abril, os militares cercam a cidade e o povo segue para as suas ocupações, mas quando os carros de combate aparecem nas ruas da cidade tudo se transfigura: o povo conquista os militares e todos correm a esmagar a hidra que desfalece covardemente.

O 1.º de Maio dos sindicatos, que o organizaram e é historicamente, a sua grande jornada reivindicativa, é partilhado por todo o povo, mas quase só os partidos políticos nele falaram.

Surpreendentemente os trabalhadores começam a marcar uma jornada revolucionária; reivindicam os seus direitos, sacodem a sua miséria, procedem a saneamentos, e quando o patronato julga poder substituir a Pide pelo desemprego procede-se à autogestão das fábricas. Os trabalhadores tomam posse do seu inalienável direito de greve, dos seus sindicatos, embora raquíticos e deformados, para torná-los o seu instrumento de luta, de defesa e de capacitação social para a missão histórica que lhes vai caber com certeza.

Chegará também a oportunidade política. Os partidos surgem de todos os lados e com todos os programas; confrontam-se, pactuam, esquecem querelas na hora em que o Poder esperava por eles.

Aparecem ministros de toda a espécie, mesmo marxistas.

De súbito, a demagogia da clandestinidade dá passagem aos conceitos de dourado reformismo; abomina-se o uso da greve, das exigências salariais, por — que, diz-se, o país está em crise, mas os gerarcas do regime deposto continuam nas suas vantajosas posições, pagam-se os ordenados aos Pides, nada vai mudar. Para quê haveria de mudar a triste condição operária?

Os comunistas pedem a regulamentação da greve, censuram os trabalhadores por serem «exigentes». Diz-se que isto será a fase da revolução democrática burguesa. Se a burguesia não foi capaz de fazê-la vai incumbir-se dela os trabalhadores?

O Ministério das Corporações mudou de nome e de titular. Ministério do Trabalho com ministro comunista, directores gerais e chefes do «antigamente».

Os sindicatos entretêm as suas debilidades orgânicas solicitados pelas palavras de ordem política, e começam a desaparecer, aguardando para se emanciparem e se rejuvenescerem, segundo conselho médico da Intersindical e do Ministério do Trabalho, da

legislação que pouco vai deferir da anterior sob a égide do Silva Pinto.

Agora os sindicatos continuam a ter a congelação dos salários mas não há domínio dos preços. Greves não se fazem para recompor um país esgotado pela classe dominante. Em compensação continua uma tradição dos tempos de Salazar: manifestações de apoio ao governo. Apoio porquê? O que está à vista não carece de apoio, carece de análise crítica. E nós julgávamos que alinharíamos na evolução democrática do resto do mundo: manifestações só de protesto como a verdadeira manifestação cívica.

BASES DE ACORDO PARA A PUBLICAÇÃO DE A BATALHA

1 — A BATALHA foi o órgão da Confederação Geral do Trabalho a partir de 1919 e publicou-se diariamente até 1927 e depois, na clandestinidade, por períodos intermitentes.

A CGT norteava-se então pelos princípios do anarco-sindicalismo e do sindicalismo-revolucionário, pelo que, a par das reivindicações para a melhoria das condições económicas da classe operária, tinha como objectivo fundamental a socialização dos meios de produção, sendo esta socialização a obter, não pela estatização da economia, como preconizavam os partidos da esquerda, mas sim pela organização da vida económica a partir dos sindicatos, federações de indústria, conselhos de fábrica, comunas ou municípios livres, etc.

2 — Nesta linha, A BATALHA reclama-se hoje da tradição do movimento operário anti-autoritário mundial, do espírito original da Primeira Internacional, da CNT espanhola, da AIT e outras organizações operárias anarco-sindicalistas e sindicalistas-revolucionárias que sempre lutaram pela real emancipação do proletariado.

3 — A BATALHA define-se como órgão sindicalista-revolucionário e agrupa, para além dos anarco-sindicalistas e libertários em geral, todas as correntes socialistas anti-autoritárias e auto-gestionárias que lhes estão próximas.

4 — A BATALHA recusa toda a participação política parlamentarista e nos órgãos estatuais, pugnando pela sua substituição por órgãos de administração popular de base.

5 — A BATALHA recusa o Capitalismo sob todas as formas, seja ele privado, estatal ou supostamente popular, e, lutando pela sua abolição, luta igualmente pela abolição da escravatura económica do Salariado.

6 — A BATALHA propugna a luta de classes como o único meio de alcançar os objectivos precedentes, denunciando todo e qualquer tipo de associação Capital-Trabalho, tais como cogestão, paritarismo, participação nos lucros, etc.

7 — A BATALHA apoia todas as estruturas de base, tanto na produção como no consumo (cooperativas de trabalho, de consumo, etc) e em todos os sectores da vida social (associações culturais, recreativas, educacionais, etc), tendentes à gestão directa das lutas e das experiências construtivas ou formativas pelos próprios interessados, denunciando o representativismo profissional e a delegação de poderes sem controle das bases, trampolim para todas as manobras e manipulações de indivíduos ambiciosos e vanguardas dirigentes.

8 — A BATALHA acompanhará com simpatia e dará o seu apoio crítico a toda a movimentação de trabalhadores que, mesmo na actual sociedade, tendam a ensaiar formas de auto-gestão nas empresas de serviços públicos, escolas, universidades, jornais, etc, capazes de servir de suporte à transformação social que se aproxima, desde que estas formas de auto-gestão eliminem as estruturas burocráticas e autoritárias e não percam de vista o condicionalismo da sociedade capitalista actual.

9 — A BATALHA é profundamente internacionalista e enquadra-se numa perspectiva revolucionária mundial. Ela rejeita todo e qualquer nacionalista e todo o imperialismo, aberto ou camuflado, militar, económico ou cultural. Ela recusa a guerra, o militarismo, o colonialismo e qualquer espécie de ditadura burocrática e partidária.

10 — A BATALHA preconiza como métodos gerais de acção a acção directa, o militantismo activo e a solidariedade de todos os oprimidos.

11 — A BATALHA pugna pela Revolução Social e por um Socialismo anti-autoritário, obra directa dos próprios trabalhadores, onde o governo dos homens seja substituído pela administração das coisas.

12 — A BATALHA, tendo-se definido como sindicalista-revolucionária, pretende estimular, sem compromissos orgânicos, a construção do movimento sindical em Portugal, propagando-lhe a sua ideologia revolucionária própria e visando a preservar a sua autonomia contra o enfeudamento partidário e a integração reformista.

13 — A BATALHA propõe-se assim contribuir ao par o debate e a clarificação das imensas questões que se põem às massas trabalhadoras deste país, intervindo a todos os níveis — locais de trabalho, bairros, sindicatos, etc — e promovendo autonomia e auto-organização.

Lisboa, Maio de 1974.

Este documento foi discutido e aprovado numa reunião de militantes e simpatizantes, a partir do qual se partiu para a constituição da Cooperativa Editora A BATALHA, que com este número recomeça nova fase.

Embora esta ideia estivesse de há muito planeada, o aparecimento de novas camaradas obrigou a juntá-las e, por consequência, a demorar a sua efectivação, mas ganhou em amplitude.

Actualidade desfigurada (Cont. da pág. 1)

em muitas leis, em especial o congelamento dos preços e das rendas de casa que passam a subir em espiral.

O próprio desmantelamento da PIDE e outras instituições reaccionárias parece ter na esfera governativa um sinal reticente, como na manhã de 25 de Abril em contrapartida a reacção vai encerrando fábricas, criando desemprego; toda a legislação fascista persiste, só não sendo aplicada onde o consenso público a nega. E o ministro-negaça do ministério de Caetano vai representar Portugal na ONU.

É curioso assinalar: surgem veementes protestos, até dos partidos da coligação, mas faz-se silêncio e Veiga Simão declara na ONU que Portugal enfileira, regozijado, ao lado dos países democráticos.

A crise que põe fim ao 1.º Governo Provisório, que nunca foi explicada aos trabalhadores pelos ministros e pelos partidos operários da coligação, parece que afinal só alterou quantitativamente a própria coligação. A sua obra, na expressão dos partidos e dos chefes da coligação, limita-se ao enigmático processo da democratização do país, mais reclamizado que real.

Depois dum processo laborioso, cuja explicação ainda não foi dada e os partidos, como sempre, consideram segredo, mesmo quando se trata de uma democracia em que o povo devia de saber, formou-se o 2.º Governo Provisório, meio militar e meio civil, talvez procurando um equilíbrio qualquer, em

que se restringiu o número de partidos e de representantes na coligação agora militar-partidária.

A expectativa e a ambiguidade é dissimulada pelos partidos da coligação com as muitas manifestações de apoio que se enraizam no estafado arsenal político do passado, agora esquecendo a revolução socialista e substituída pela fase conclamada da indispensável revolução democrático-burguesa como fundamento de uma política anti-fascista e anti-imperialista.

O indispensável processo revolucionário de remodelação profunda das estruturas tradicionais, nem as necessárias opções se esboçaram sequer. E enquanto os salários permanecem congelados, afinal os preços sobem, alguns dos quais dos produtos de maior consumo nas classes desfavorecidas, como o pão, o açúcar, e a seguir o leite.

Se as estruturas que foram o esteio do fascismo não foram de modo algum alteradas enquanto certas repressões se acentuam e as forças reaccionárias tomam nítido alento, os trabalhadores e os direitos que seriam de conquistar estão a ser sacrificados nas aras do equívoco processo de democratização; enquanto se contemporiza com os pides que audaciosamente e com cumplicidades se revoltam, se libertam fascistas notórios, como Casal Ribeiro, e se dá pressa em legislar o regulamento da greve e os sindicatos.

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril confrange-se sob o

ruído insípido das manifestações de apoio cujo fim não está implícito. E os trabalhadores que no 1.º de Maio ainda alinharam e jogaram no estádio, vão sendo removidos para as bancadas simplesmente para aplaudir a grande competição eleitoral.

Entra em campo o MDE/S. As forças capitalistas que tudo aproveitaram do anterior regime, que o apoiaram, como o podiam ter desapoado, vem apresentar o seu grande plano económico. Foram precedidos dos fulgurantes batedores que ao son das suas fanfaras bem orquestradas e de fartos fundos, prepararam o acolhimento da regulamentação da greve e de leis sindicais, o horror às greves oportunistas, reaccionárias e irrealistas, uma Intersindical para interlocutor válido dos trabalhadores, muito realista no sentido das grandes centrais sindicais sociais-democráticas. É entrar, meus senhores!

Esta é a actualidade desfigurada, mas cremos que o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril reconduzir-se-à ao dilemático caminho em que desemboca todo o drama nacional que 48 anos de regime fascista esgotou até às suas últimas consequências, e por certo a verdadeira missão histórica dos trabalhadores no caminho duma construção socialista sem verdugos e da sua própria iniciativa não se ultrapassa só porque no laboratório dialéctico da social-democracia a cirurgia socialista é substituída pela pomada da democratização.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale de correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os valores nominais dirigidos a Cooperativa Editorial

A BATALHA

Para Portugal e ilhas adjacentes:

10 números 22\$00
12 números 26\$00
20 números 42\$00

Para o Estrangeiro:

10 números 32\$00
12 números 38\$00
20 números 62\$00

A BATALHA

Trabalhadores, amigo de A Batalha! No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de A Batalha, que trabalhem pela sua difusão e propaganda.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial A Batalha.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E